

ISSN 2594-6935

NEAAPE

BOLETIM NEAAPE

v.10 n.02 - agosto. 2026

NÚCLEO DE ESTUDOS | ATORES E AGENDAS

DE POLÍTICA EXTERNA

O Boletim NEAAPE divulga análises sobre o processo decisório de política externa de distintos países, bem como sobre temas que integram as agendas de política exterior. A publicação tem periodicidade quadrimestral e é composta por editorial e textos dirigidos a leitores interessados em ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CORPO EDITORIAL

Conselho Editorial

Anabella Busso
André Reis
Camilo López Burian
Carlos Aurélio Pimenta de Faria
Carmen Fonseca
Glauber Carvalho
Karina Mariano
Marcela Vecchione
Marcelo Medeiros
Maria Regina Soares de Lima
Monica Salomon
Pedro Feliú
Rogério Farias

Editores Chefes

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Ghaio Nicodemos Barbosa
Leticia Pinheiro

Editores Executivos

Débora Bedim Loures
Guilherme de Jesus France

Editoria de Redação

Ana Gabriela de Castro Cordeiro
Bárbara de Castro Mesquita
Beatriz Kraucs
Débora Bedim Loures
Eduarda Lattanzi
Eduardo Morrot Coelho Madureira
Guilherme de Jesus France
João Gabriel Danon Tavares
Letícia Rodrigues Conceição
Lucas Giusti de Azevedo Souza
Maria Clara da Silva Xavier
Milena Dune Severino
Stephanie Braun Clemente
Sabriny Pedrosa
Yuri Freitas
Vinícius Ribeiro Sampaio
Viviane Ribeiro Bueno



Instituto de Estudos Sociais e
Políticos Universidade do Estado do
Rio de Janeiro Rua da Matriz, 82 -
Botafogo
CEP: 22260-100
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

SUMÁRIO

4

Editorial: O que vemos e o que não vemos

Guilherme France

Débora Bedim Loures

7

A geopolítica da Copa: soberania, governança da FIFA e disputas de poder na Copa do Mundo de 2026

Vinícius Ribeiro Sampaio

Sabrinny Pedrosa

Lucas Giusti de Azevedo Souza

17

A Política Externa Brasileira em resposta aos conflitos no Oriente Médio: entre o 7 de outubro de 2023 e a Guerra contra o Irã em 2025 e 2026

Monique Sochaczewski

Paloma Cupello

37

Guerras invisibilizadas na África: a crise humanitária no Sudão e na República Democrática do Congo

Débora Bedim Loures

Nicole Ribeiro Neves

52

Coleção NEAAPE: Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia: Da conclusão das negociações à implementação do acordo

Fernanda Nanci

Bárbara Mesquita

Beatriz Kraus

Lucas Giusti Souza

EDITORIAL

O que vemos e o que não vemos

Guilherme France¹
Débora Bedim Loures²

Em uma era da hiperconectividade, de informações abundantes (embora nem sempre precisas), que circulam rapidamente por todo o mundo, alguns eventos se tornam epicentros globais de atenção pública, atraindo olhos e recursos que vêm de todos os lados. Enquanto isso, outros padecem nas sombras, ignorados pela maioria, condenados à invisibilidade. Essa seletividade é inerentemente política, resultado de construções sociais e históricas que refletem e perpetuam desigualdades. Essencial, portanto, neste contexto, questionar os motivos destas diferenças e as suas consequências.

Os conflitos esquecidos da África, no Sudão e na República Democrática do Congo, contrastam com as mais recentes - ainda que com motivos e históricos ancestrais - guerras no Oriente Médio. Enquanto estas guerras ganham, com frequência, as capas dos jornais nos mais variados idiomas e sobem para o topo dos assuntos mais discutidos nas redes sociais, é difícil, para o observador médio, encontrar informações atuais e precisas sobre o que se passa nas capitais Cartum ou Kinshasa - e mais difícil ainda saber o que acontece mais no interior desses países onde os conflitos se manifestam com mais intensidade. Falta de atenção não é, tampouco, o problema da Copa do Mundo - pelo contrário, talvez o excesso de olhos tenha transformado o evento em palco para disputas que não envolvem a bola de futebol.

No caso dos conflitos no Oriente Médio, sabe-se bem como a atenção internacional mobiliza e é mobilizada em função de interesses que transcendem os espaços puramente internacionais. A disputa política acontece não só nos corredores da Organização das Nações Unidas, mas também no interior de governos do outro lado do mundo, como a Casa Branca e o Congresso norte-americano, para ficar nos dois maiores exemplos. A disputa entre os lobbies pró-Israel e pró-Palestina nos EUA costuma ser feroz, com repercussões para disputas eleitorais em todos os níveis. O que Monique Sochaczewski e Palloma Cupello mostram, em seu artigo, é que lógica semelhante, ainda que em nível menor de intensidade, passou a operar no Brasil, com reflexos importantes para a política externa nacional.

A reunião convocada pelo embaixador israelense no Brasil, Daniel Zonshine, para apresentar a parlamentares brasileiros os registros dos ataques de 7 de outubro de 2023, é apenas uma das evidências elencadas pelas autoras dos riscos e das consequências da ampliação da participação do Congresso e da sociedade civil brasileira na política externa brasileira.

¹Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ, Pesquisador do NEAAPE e Editor Executivo do Boletim NEAAPE. E-mail: guilhermejfrance@gmail.com.

²Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM). Atualmente é pesquisadora do NEAAPE e Editora Executiva do Boletim NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432628581429940>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3831-4817>. E-mail: dbedimloures@hotmail.com

Se o presidente Lula e o Itamaraty já tinham larga experiência em navegar os mares turbulentos dos conflitos no Oriente Médio, parece que a contraposição às lideranças de Trump e, principalmente, de Bibi Netanyahu representam novos desafios ao equilibrismo brasileiro, assim como a clara mobilização pró-Israel pela direita bolsonarista.

De outro lado, a Copa do Mundo de Futebol já era, mesmo antes da expansão do número de participantes (de 32 seleções para 48) e da multiplicação de países-sede (da regra de um país-sede para três - Estados Unidos, México e Canadá - em 2026) um dos maiores, se não o maior evento esportivo do globo. Nesse contexto, não é inédito que disputas políticas internacionais e até mesmo guerras tenham reflexos na competição e nas narrativas em torno das disputas futebolísticas. O que Vinícius Ribeiro Sampaio, Sabriny Pedrosa e Lucas Giusti de Azevedo Souza analisam como as políticas externa e doméstica dos Estados Unidos (EUA) influenciaram as dinâmicas relacionadas à Copa do Mundo.

A partir dos acontecimentos voltados para os procedimentos migratórios, decisões administrativas e alterações regulatórias, os autores evidenciam como medidas adotadas pelo Estado podem repercutir diretamente sobre a realização e a experiência de um megaevento esportivo. O estudo demonstra que a Copa do Mundo ultrapassa a dimensão estritamente esportiva, para mobilizar os interesses, estratégias e instrumentos de política doméstica e externa de um determinado Estado. Ao explorar a relação entre esporte, política e poder, o artigo contribui para compreender como megaeventos esportivos se inserem nas dinâmicas de poder das Relações Internacionais, tornando-se instrumentos de projeção internacional e espaços de disputas e decisões políticas.

No outro extremo do espectro e nas sombras destes eventos que atraem tantos olhos, se encontram os conflitos invisibilizados da África. O artigo escrito por Débora Bedim Loures e Nicole Ribeiro Neves, analisa como os conflitos no Sudão e na República Democrática do Congo, apesar da magnitude das violações de direitos humanos, dos deslocamento forçado da população civil e as crises humanitárias que produzem, permanecem relativamente marginalizados na agenda internacional. As autoras partem do conceito de “conflitos invisibilizados” para compreender a distribuição desigual da atenção política, midiática e acadêmica dedicadas às guerras contemporâneas, contrastando a repercussão desses conflitos com a mobilização observada em torno da guerra Rússia e Ucrânia e dos conflitos no Oriente Médio.

O estudo demonstra que a invisibilização não deve ser compreendida simplesmente como ausência de informação ou como resultado do esquecimento, mas como um processo associado à seleção e à concentração da atenção por diferentes atores-chave, entre eles tomadores de decisão,

meios midiáticos, opinião pública e academia. Nesse sentido, as autoras chamam atenção para os diferentes níveis de mobilização diplomática e política observados diante de conflitos contemporâneos, evidenciando como determinadas crises permanecem à margem das principais agendas internacionais, mesmo diante da persistência de elevados níveis de violência.

Em comum, os artigos desta edição do Boletim NEAAPE tratam de eventos que, seja pela sua imensa visibilidade, seja pela sua invisibilidade, merecem melhor análise pelos observadores interessados em compreender não só o que ganha destaque nos noticiários, mas também aqueles que não recebem este espaço ou esta atenção.

Recebido para publicação em 25 de agosto de 2026.

A geopolítica da Copa: soberania, governança da FIFA e disputas de poder na Copa do Mundo de 2026

Vinícius Ribeiro Sampaio¹

Sabriny Pedrosa²

Lucas Giusti de Azevedo Souza³

Resumo

O artigo analisa a Copa do Mundo FIFA de 2026 sob a perspectiva das Relações Internacionais, focando na crescente intersecção entre esporte, soberania estatal e disputas geopolíticas. A partir de uma abordagem qualitativa baseada na análise de casos e de fontes jornalísticas, examina-se como a política externa e doméstica dos Estados Unidos influenciou a organização e a dinâmica da competição, colocando em tensão a governança da FIFA e o princípio da isonomia esportiva. O artigo sustenta que procedimentos migratórios, decisões administrativas e alterações regulatórias foram instrumentalizados como extensões da política externa e dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, enquanto a FIFA adotou uma postura de limitada capacidade de contenção diante deles. Por fim, conclui-se que a edição da Copa do Mundo de 2026 reforçou o papel dos megaeventos esportivos como arenas de projeção de poder e negociação de interesses internacionais, evidenciando a necessidade de fortalecer mecanismos institucionais capazes de conciliar a autonomia da governança esportiva com a soberania dos Estados, de modo a preservar a integridade e a equidade das futuras competições.

Palavras-chave: Copa do Mundo FIFA 2026; Geopolítica do esporte; Governança da FIFA; Soberania estatal; Relações Internacionais.

Introdução

A Copa do Mundo FIFA 2026 foi a maior já organizada em número de participantes e de países-sede. O total de times disputando o torneio passou de 32, em 2022, para 48, em 2026, e, ao todo, 16 cidades – distribuídas entre Canadá, Estados Unidos e México – sediaram os jogos, o que fez dela a Copa com a maior participação de seleções da história e a primeira realizada em

¹ Mestrando em Relações Internacionais pelo PPGRI-UERJ. Bolsista CAPES no mestrado em Relações Internacionais no PPGRI-UERJ. Pesquisador do NEAAPE e assistente do Conversatório Latinoamericano (CONLAT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7517094069739265>. E-mail: viniciusrs21@hotmail.com.

² Doutoranda em Relações Internacionais pelo PPGRI-UERJ. Mestre em Economia Aplicada pela UFJF. Economista pela UFF e Pesquisadora do NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4875820464651143>. E-mail: sabrinypedrosa@id.uff.br.

³ Graduando em Relações Internacionais pela UERJ, pesquisador do NEAAPE e bolsista de iniciação científica pela FAPERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7242845637810546>. E-mail: lucasgiusti8@gmail.com

três países diferentes (FIFA, 2026). Essas mudanças fazem parte de uma estratégia da FIFA para ampliar a abrangência e o impacto da competição num maior número de países, como ilustra a ambiciosa proposta da próxima Copa do Mundo, em 2030, que acontecerá em seis países-sede: Argentina, Uruguai, Paraguai, Espanha, Portugal e Marrocos, já propagandeada como a primeira Copa disputada em três continentes (FIFA, 2026). Todavia, essa estratégia de inclusão de novas seleções ao torneio e a diversificação de países-sede acontece em paralelo a um cenário internacional cada vez mais turbulento, marcado pela escalada de conflitos armados, tensões geopolíticas e crises econômicas.

Antes do início da competição, houve muita expectativa quanto à real factibilidade da realização do evento, dadas as tensões entre o governo dos Estados Unidos, liderado pelo presidente Donald Trump, e o Canadá e o México. A hostilidade estadunidense com relação ao Canadá, especialmente na questão comercial, e a incisividade das políticas migratória e antidrogas de Trump em direção ao México colocaram em dúvida se haveria um ambiente seguro para turistas, delegações, torcedores e jornalistas transitarem entre as fronteiras dos três países durante a Copa. Além disso, a guerra entre Estados Unidos e Irã também ameaçou a participação do país asiático na competição: foi a primeira vez em que um país-sede da Copa do Mundo recebeu em seu território a delegação de um país com o qual estava em guerra (Teles, 2026).

Já no campo político, a postura confrontacionista assumida pelo governo Trump quanto à recepção de delegações estrangeiras no território estadunidense encontrou baixa resistência da FIFA. O presidente da federação, Gianni Infantino, foi repetidamente acusado de ser demasiadamente complacente com os constrangimentos impostos pelo governo dos Estados Unidos aos jogadores e comissões técnicas que desembarcavam no país (Gonzales, 2026). Esse comportamento brando, inclusive, contrariou o próprio histórico de exigências mais duras do chamado “padrão FIFA” em relação a países-sede em competições anteriores – padrão este que já recebeu críticas pelo caráter irredutível da FIFA, apontada como intervencionista na soberania e na legislação dos países que receberam a Copa (Silva, 2018) –, além de ter ameaçado a isonomia esportiva do torneio.

Nesse sentido, a Copa do Mundo de 2026 foi marcada por decisões polêmicas sobre vistos e deslocamentos fronteiriços. Argumentos securitários e anti-imigratórios foram amplamente mobilizados para justificar ações de retenção por parte de agências especializadas de aduana, imigração e segurança aeroportuária. Protocolos rotineiros aplicados com excessivo rigor pelo governo estadunidense produziram efeitos diplomáticos que foram muito além de sua intenção declarada, com o objetivo de pautar a agenda política trumpista. Além disso, as estreitas relações entre Donald Trump e Gianni Infantino expuseram as tentativas do presidente dos Estados Unidos de influenciar nos rumos políticos e esportivos da competição. Os casos a seguir ilustram bem essas dinâmicas.

Restrições de hospedagem e deslocamento da seleção iraniana

Como consequência do conflito que se iniciou após o ataque estadunidense de 28 de fevereiro de 2026 ao Irã (Loures et al., 2026), em março de 2026, o Ministro dos Esportes iraniano anunciou que seu país não participaria da Copa do Mundo (G1, 2026a). Enquanto isso, ainda no mês de março, Donald Trump chegou a falar que não poderia garantir a segurança da delegação iraniana caso ela fosse aos Estados Unidos (ESPN, 2026). Apesar da troca de acusações e desconfianças nos meses que precederam a Copa, a seleção iraniana acabou participando da competição, mas com uma série de restrições de deslocamento e hospedagem.

Diante da restrição de permanência no território dos Estados Unidos, a equipe iraniana teve de se hospedar no México, mesmo com seus três jogos da fase de grupos sendo disputados em território estadunidense, o que a fazia enfrentar entraves de deslocamento decorrentes de incertezas sobre vistos e do conflito diplomático entre os dois países. Na prática, os iranianos só podiam entrar nos Estados Unidos até 24 horas antes das partidas e precisavam deixar o país no mesmo dia dos jogos, uma restrição logística que acabou tendo efeito diplomático direto: o técnico Amir Ghalenoei classificou a situação como uma desvantagem competitiva e chegou a descrever o Irã como a seleção “mais oprimida” do torneio (Brock; White, 2026). Diante disso, a Federação de Futebol do Irã anunciou que apresentaria reclamação formal à FIFA contra as restrições de viagem impostas pelos Estados Unidos, mas a situação não se reverteu e a seleção acabou eliminada na primeira fase da Copa após três empates na fase de grupos.

O caso ilustra bem como a FIFA, enquanto organização internacional, precisou atuar simultaneamente em duas frentes: os compromissos multilaterais de tratamento equânime entre seleções e a soberania de cada país-sede sobre suas próprias fronteiras, e foi neste segundo tabuleiro que a política externa dos Estados Unidos em relação ao Irã se impôs sobre a lógica esportiva. Para a federação iraniana, essas restrições contrariavam os princípios de condições iguais entre equipes participantes, afetando diretamente a preparação técnica da seleção.

Omar Artan, o árbitro somali impedido de apitar a Copa

A mesma lógica burocrática-securitária apareceu, poucos dias depois, no caso do árbitro somali Omar Artan. Aos 34 anos, Artan seria o primeiro árbitro da Somália a apitar partidas de uma Copa do Mundo, integrando os 52 profissionais selecionados pela FIFA para a edição de 2026, após ter sido eleito, em 2025, o melhor árbitro da Confederação Africana de Futebol (CAF) (Peter, 2026). Mesmo com visto válido e escalação confirmada pela entidade, ele teve sua entrada nos Estados Unidos negada: “as autoridades de imigração dos EUA não divulgaram o

motivo para impedir a entrada do juiz africano, mas a Somália é um dos vários países em uma lista de proibição de viagens introduzida pelo governo do presidente Donald Trump” (Peter, 2026, n.p.). A FIFA confirmou a exclusão de Artan do torneio e declarou não se envolver nos processos de imigração dos países-sede, informando que fora comunicada pelas autoridades de que a decisão não seria revista, e reforçou que, como em edições anteriores, cabe ao governo anfitrião determinar soberanamente quem recebe visto e autorização de entrada.

A resposta da FIFA diz muito sobre os limites de sua própria neutralidade. Ao se apoiar na soberania migratória do país anfitrião para justificar sua inação, na prática a entidade entregou ao aparato burocrático estadunidense um poder de veto sobre decisões técnicas do torneio. É um exemplo evidente de como a política externa também é implementada pelos escalões mais operacionais do Estado, e não apenas por meio das decisões tomadas no alto escalão do governo.

Seleção de Senegal submetida a rigorosa revista

Em 9 de junho de 2026, imagens que circularam nas redes sociais mostraram a delegação senegalesa sendo submetida a uma rigorosa revista de segurança logo ao desembarcar nos Estados Unidos. Jogadores e integrantes da comissão técnica foram revistados ainda na pista do aeroporto, com detectores de metal, antes mesmo de deixarem a área de desembarque (G1, 2026b). As autoridades estadunidenses trataram o procedimento como rotina, mas a forma como foi conduzida a revista chamou a atenção internacional, sobretudo quando comparada à recepção festiva dada a outras seleções.

Esse contraste revela como o mesmo megaevento, organizado sob a mesma governança da FIFA, produziu tratamentos radicalmente distintos a depender do Estado anfitrião – já que não se tem notícia de comportamentos semelhantes por parte do Canadá e do México – e da origem da delegação. O episódio, no entanto, foi temporizado pela Federação Senegalesa de Futebol, que divulgou comunicado esclarecendo que, ao contrário do que foi veiculado, a “verificação não ocorreu na chegada da equipe em San Antonio, mas no momento do embarque no aeroporto de Raleigh no domingo, 07 de junho de 2026, antes da partida do voo” e atribuindo o procedimento a uma logística previamente organizada que tinha por objetivo “otimizar o tempo de viagem da delegação e facilitar o seu embarque a bordo do voo privado para San Antonio” (G1, 2026c, n. p.). O comunicado da Federação Senegalesa, no entanto, também pode ser visto como um esforço de gestão narrativa, na tentativa de despolitizar um episódio que a opinião pública internacional já leu em chave racial e diplomática.

Interrogatório de 7h de duração de jogador iraquiano

No dia 6 de junho de 2026, quando a delegação iraquiana desembarcava no aeroporto de Chicago para disputar a Copa do Mundo, um de seus principais jogadores, o atacante Aymen Hussein, foi detido e interrogado pelas autoridades aeroportuárias estadunidenses por cerca de sete horas (Capuano, 2026). Nem o Serviço de Imigração e Alfândega, nem o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos ofereceram justificativas para o longo interrogatório de Hussein. Em seu país, a família de Hussein foi vítima de organizações terroristas, com seu pai morto em 2008 por membros da Al Qaeda e irmão sequestrado pelo Estado Islâmico e nunca mais encontrado (Capuano, 2026).

Mais uma vez, esse ato demonstra a possível instrumentalização de um procedimento de rotina como forma de constrangimento político. A submissão de um atleta internacionalmente reconhecido a um procedimento vexatório e injustificado, nesse contexto, pode ter sido motivada por razões xenófobas ou raciais da equipe de imigração, assim como pode ser entendida como um aceno político de apoio, simpatia, ou boa vontade aos grupos anti-imigratórios e contrários à recepção de estrangeiros nos Estados Unidos.

Influência dos Estados Unidos nas regras e dinâmicas da Copa

Um outro ponto a ser considerado é como a influência política e econômica dos Estados Unidos pode fazer a FIFA repensar regras historicamente estabelecidas no jogo e impactar a relação do público com o esporte, assim como o modo pelo qual este é jogado. Um caso emblemático da interferência dos Estados Unidos nas decisões da FIFA foi o do atacante estadunidense, Folarin Balogun. No dia 1º de julho, durante a primeira fase eliminatória, quando os Estados Unidos jogavam partida válida contra a Bósnia e Herzegovina, Balogun disputou uma bola dividida com o defensor Tarik Muharemović e, ao cair, seu pé atingiu o tornozelo do adversário. Inicialmente, o árbitro brasileiro, Raphael Claus, marcou apenas falta, mas após recomendação do árbitro de vídeo (VAR), revisou o lance no monitor e aplicou cartão vermelho direto por jogo brusco grave. Os EUA venceram por 2 a 0, mas ficaram com um jogador a menos durante cerca de 30 minutos (Bonn, 2026).

Pelas regras da FIFA, um cartão vermelho implica na suspensão automática do jogador da partida seguinte. Assim, Balogun ficou inicialmente fora do jogo das oitavas de final contra a Bélgica, decisão confirmada pela própria FIFA logo após a partida (Cattrly, 2026). Entretanto, dias depois, a FIFA anunciou que a punição seria suspensão em caráter probatório, utilizando o Artigo 27 do Código Disciplinar, que permite, em determinadas circunstâncias, suspender a execução de uma sanção disciplinar (Hughes, 2026). O episódio ganhou dimensão ainda maior após reportagens revelarem que Donald Trump telefonou ao presidente da FIFA, Gianni

Infantino, defendendo que Balogun pudesse atuar. Embora a FIFA sustentasse que a decisão foi juridicamente baseada no Código Disciplinar, diversos veículos esportivos e políticos apontaram que a coincidência entre o pedido de Trump e a mudança de entendimento alimentou acusações de interferência externa na governança da competição (Fernandes; Radnedge, 2026).

A interferência dos Estados Unidos na Copa do Mundo, entretanto, não parou por aí: ela também se fez perceptível pela polêmica novidade das pausas para hidratação durante as partidas. Mecanismo jamais visto nas copas do mundo, estas pausas tornaram-se obrigatórias, geralmente ocorrendo entre o minuto 22 e 26 dos dois tempos das partidas. Uma série de críticas vieram à tona sobre a prática, considerando que a mesma implica em uma mudança na dinâmica do jogo, interrompendo a continuidade da partida, permitindo impactos que vão desde reorganização tática, freio em panes psicológicas de jogadores e no esquema dos times, ou interrupção de momentos de confiança. Além disso, essas pausas também impactam como o público se relaciona com a partida ao abrir espaço para uma prática comum nos esportes americanos – como no futebol americano e no basquete, onde os vários tempos de 15 minutos e as paradas técnicas possibilitam que sejam explorados intervalos para publicidades milionárias –, o que tem se mostrado de grande interesse à FIFA (Ronay, 2026).

Tudo isso expressa uma intenção da FIFA de tornar não apenas o produto Copa do Mundo, como também o produto futebol, artigos mais palatáveis ao mercado norte-americano, onde historicamente apresentam dificuldades em se firmar. Ademais, evidencia a grande capacidade de influência que a economia e a pressão política dos Estados Unidos exercem sobre a FIFA e sobre a realização do principal evento esportivo de uma só modalidade do planeta.

Conclusão

A Copa do Mundo de 2026 demonstrou que a ampliação geográfica e o aumento do uso político do principal torneio de futebol do planeta não vieram acompanhados de mecanismos igualmente robustos para garantir a isonomia esportiva e a autonomia da governança da FIFA diante dos interesses dos Estados anfitriões. Os episódios citados neste artigo revelaram que procedimentos migratórios, decisões administrativas e alterações disciplinares foram instrumentalizados como extensões da política externa e da política doméstica, produzindo efeitos concretos sobre a competição. Em todos esses casos, a soberania estatal prevaleceu sobre o discurso de neutralidade que historicamente acompanha a governança do futebol internacional.

Ao mesmo tempo, as mudanças promovidas durante o torneio, como a adoção das pausas obrigatórias para hidratação e a crescente adaptação do espetáculo

às dinâmicas comerciais do mercado norte-americano, evidenciam que as disputas em torno da Copa do Mundo não se restringem à segurança ou à diplomacia, mas também alcançam a própria configuração do jogo. A edição de 2026 mostrou que megaeventos esportivos constituem espaços privilegiados de projeção de poder, negociação de interesses econômicos e afirmação de agendas nacionais, tornando cada vez mais tênues as fronteiras entre esporte, mercado e política internacional (Freixo, 2014).

Nesse contexto, a Copa do Mundo de 2026 reforça a necessidade de compreender a FIFA não somente como organizadora de um evento esportivo, mas como uma organização internacional inserida em complexas relações de poder, permanentemente condicionada pela capacidade dos Estados de influenciar suas decisões. À medida que as futuras edições da competição envolverem um número crescente de países-sede e contextos geopolíticos cada vez mais heterogêneos, a preservação da equidade esportiva dependerá da capacidade da entidade de conciliar a soberania dos anfitriões com regras efetivamente capazes de proteger a integridade e a imparcialidade da competição.

Recebido para publicação em 15 de julho de 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONN, Kyle. The Sporting News. Folarin Balogun red card, explained: What controversial call means for USMNT star's Round of 16 availability, 2 jul. 2026. Disponível em: <https://www.sportingnews.com/us/soccer/news/folarin-balogun-red-card-controversial-call-usmnt/f421435cc087073bcf6ce1b0?>. Acesso em: 15 jul. 2026.

BROCK, Joe; WHITE, Ed. CNN. Técnico do Irã diz que equipe é “oprimida” por tensões durante a Copa, 16 jun. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/tecnico-do-ira-diz-que-equipe-e-oprimida-por-tensoes-durante-a-copa/>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CAPUANO, Amanda. Veja. Atacante do Iraque é interrogado por 7 horas ao chegar nos EUA para a Copa, 6 jun. 2026. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/atacante-do-iraque-e-interrogado-por-7-horas-ao-chegar-nos-eua-para-a-copa/>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CATTRY, Pardeep. CBS Sport. USMNT's Folarin Balogun reacts as FIFA confirms one game World Cup red card ban: 'It's been a rollercoaster', 3 jul. 2026. Disponível em: <https://www.cbssports.com/soccer/news/usmnt-folarin-balogun-fifa-one-game-world-cup-red-card-ban/>. Acesso em: 15 jul. 2026.

ESPN. Trump diz que Irã é bem-vindo, mas que deveria ficar fora de Copa do Mundo nos EUA por 'segurança', 12 mar. 2026. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/16427139/copa-do-mundo-trump-ira-bem-vindo-deveria-ficar-fora-por-seguranca. Acesso em: 14 jul. 2026.

FERNANDES, Nicole; RADNEDGE, Christian. Reuters. US striker Balogun expected controversy over suspended red-card ban, 14 jul. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/sports/soccer/us-striker-balogun-expected-controversy-over-suspended-red-card-ban-2026-07-14/?>. Acesso em: 15 jul. 2026.

FIFA. Copa do Mundo FIFA de 2026: países, cidades-sede, datas e mais, 31 maio 2026. Disponível em: <https://www.fifa.com/pt/tournaments/mens/worldcup/canadamexicousa2026/articles/copa-do-mundo-fifa-2026-sedes-datas-mais>. Acesso em: 08 jul. 2026.

FOLHA DE SÃO PAULO. Intervalo da final da Copa do Mundo terá meia hora, afirma jornal britânico, 15 jul. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2026/07/intervalo-da-final-da-copa-do-mundo-tera-meia-hora-afirma-jornal-britanico.shtml>. Acesso em: 15 jul, 2026.

FREIXO, Adriano de. Futebol: o outro lado do jogo. São Paulo: Editora Desatino, 2014, 124 p.

G1. Em protesto contra ofensiva americana, Irã anuncia que não vai participar da Copa do Mundo, 11 mar. 2026a. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2026/03/11/em-protesto-contr-a-ofensiva-americana-ira-anuncia-que-nao-vai-participar-da-copa-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2026.

G1. Seleção do Senegal é revistada ainda na pista do aeroporto nos Estados Unidos, 9 jun. 2026b. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2026/06/09/selecao-do-senegal-e-revistada-ainda-na-pista-do-aeroporto-ao-chegar-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2026.

G1. Copa do Mundo: após revista dos EUA, Senegal diz que abordagem seguiu padrão, 9 jun. 2026c. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/06/09/copa-do-mundo-apos-revista-dos-eua-senegal-diz-que-abordagem-seguiu-padrao.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2026.

GONZALES, Daniela. Metro1. Copa dos absurdos: vistos negados, torcedores barrados por Trump e silêncio da Fifa, 25 jun. 2026. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/jornal-da-metropole/184421,copa-dos-absurdos-vistos-negados-torcedores-barrados-por-trump-e-silencio-da-fifa>. Acesso em: 15 jul. 2026.

HUGHES, Matt. The Guardian. Explained: Folarin Balogun's World Cup red-card reversal, Trump's phone calls and Fifa's rationale, 6 jul. 2026. Disponível em: <https://www.theguardian.com/football/2026/jul/06/folarin-balogun-red-card-reversal-trump-calls-fifa-explainer?>. Acesso em: 15 jul. 2026.

LOURES, Débora B.; RAMOS, Guilherme C.; XAVIER, Maria C. da S.; SAMPAIO, Vinícius R.; BUENO, Viviane R.; FREITAS, Yuri S. Reações às ações dos Estados Unidos no Irã e na Venezuela. Boletim NEAAPE, v.10, n. 1, abr. 2026. Disponível em: <https://neaape.com.br/wp-content/uploads/2026/06/BOLETIM-NEAAPE-v.10-n.01-abril.-2026.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2026.

PETER, Mike. BBC. Por que 'o melhor árbitro da África' foi barrado nos EUA e ficará fora da Copa do Mundo: 'Fui interrogado por 11 horas', 9 jun. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8720274000o>. Acesso em: 15 jul. 2026.

RONAY, Barney. The Guardian. Fifa unites the world – in anger at hydration breaks (AKA ad breaks), 26 jun. 2026. Disponível em: <https://www.theguardian.com/football/2026/jun/26/fifa-unites-the-world-in-anger-at-hydration-breaks-aka-ad-breaks> Acesso em: 14 jul 2026.

SILVA, Mário Diego Dantas da. Poder normativo da Fifa: sobreposição às soberanias políticas e autonomias privadas? 2018. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Departamento de Direito Privado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2026. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41342/1/2018_tcc_mddsilva.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

TELES, Gabriel. CNN. Irã desembarca no México para a Copa em meio a impasse sobre vistos, 07 jun. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/copa-do-mundo/ira-desembarca-no-mexico-para-a-copa-em-meio-a-impasse-sobre-vistos/>. Acesso em: 14 jul 2026.

A Política Externa Brasileira em resposta aos conflitos no Oriente Médio: entre o 7 de outubro de 2023 e a Guerra contra o Irã em 2025 e 2026

Monique Sochaczewski¹

Paloma Cupello²

Resumo

O artigo analisa a evolução dos conflitos no Oriente Médio entre 7 de outubro de 2023 e julho de 2026, examinando como esses acontecimentos reconfiguraram a Política Externa Brasileira (PEB) para uma atuação predominantemente reativa e com fortes impactos na política doméstica. A pesquisa baseia-se principalmente em declarações oficiais do presidente Lula, Celso Amorim e Mauro Vieira, notas do governo e imprensa. A análise estrutura-se em quatro eixos principais: no primeiro eixo, sobre os ataques de 7 de outubro e a Guerra em Gaza, no qual o Brasil buscou inicialmente uma postura equilibrada com a repatriação de civis, mas evoluiu para críticas contundentes às ações israelenses; no segundo eixo, referente aos confrontos entre Israel e Irã, o país condenou as agressões militares, defendendo o Direito Internacional, a não intervenção e soluções negociadas; no terceiro eixo, relativo ao conflito no Líbano, os profundos laços históricos motivaram a Operação "Raízes do Cedro", maior repatriação da história diplomática do país, somada à exigência do cumprimento da Resolução 1.701 da ONU; por fim, o quarto eixo aborda o Golfo Árabe — focado nos seis países do Conselho de Cooperação do Golfo —, caracterizado pela continuidade pragmática entre os governos de Bolsonaro e Lula, voltada à atração de fundos soberanos, segurança alimentar e energética e expansão institucional. O artigo conclui que o terceiro governo Lula retomou uma política externa “ativa e altiva”, mas enfrenta um cenário internacional mais conflitivo, marcado pelo enfraquecimento do multilateralismo e pela crescente interação entre política doméstica e internacional. Paralelamente, Congresso e sociedade civil ampliam sua participação na política externa. No Oriente Médio, a aproximação com países árabes e o apoio à causa palestina contrastam com a relevância política de Israel entre setores conservadores brasileiros, enquanto as disputas regionais exigem maior pragmatismo.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Gaza; Israel, Irã; Golfo Árabe.

¹ Professora Permanente dos Mestrados Profissionais em Ciência Política e Relações Internacionais e em Gestão e Políticas Públicas do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). E-mail: monique.goldfeld@idp.edu.br.

² Mestranda em Relações Internacionais na Johns Hopkins University SAIS Europe. E-mail: prosasc1@jh.edu. As autoras agradecem ao graduando em Relações Internacionais da UFRGS e integrante do grupo de pesquisa “Observatório do Golfo” em que também atuam, Arthur Gurski Leal, pelo apoio na pesquisa para o artigo.

Introdução

Em novembro de 2022, ainda como presidente eleito, Lula participou da COP27, em Sharm El-Sheikh, no Egito. Em certa medida, o Oriente Médio já se fazia presente na agenda de seu terceiro mandato antes mesmo da posse. Embora o principal objetivo da viagem fosse sinalizar o retorno do Brasil à arena internacional e reafirmar o compromisso do país com a agenda ambiental (Lopes, 2024, p. 86), a escolha do Egito como palco desse reposicionamento não deixa de ser significativa. A COP28, realizada no ano seguinte nos Emirados Árabes Unidos (EAU), reforçou essa aproximação. O governo brasileiro adotou um discurso ambientalista mais enfático e buscou atrair recursos dos fundos soberanos da região para iniciativas de conservação de florestas tropicais, mas também consolidou sua entrada como membro observador da OPEP (Lima; Ives, 2024). Houve expansão do papel do país como um dos grandes produtores mundiais de petróleo, movimento evidenciado pelo avanço das discussões sobre exploração da Margem Equatorial brasileira, particularmente na Bacia da Foz do Amazonas, em águas profundas do Amapá.

Em seu discurso de posse, Lula afirmou que uma das prioridades de seu governo seria romper "o isolamento a que o país foi relegado" durante a administração Bolsonaro.³ Entre as iniciativas anunciadas estava o fortalecimento dos BRICS. É digno de nota que, durante seu terceiro mandato, o agrupamento foi ampliado para dez membros, incorporando quatro países do Oriente Médio — Arábia Saudita, EAU, Egito e Irã. Além disso, Egito e EAU passaram a integrar o Novo Banco de Desenvolvimento (Lima; Ives, 2024).

Na mesma direção, o chanceler Mauro Vieira afirmava em seu discurso de posse que o objetivo da política externa brasileira para o Oriente Médio era retomar a "tradição de boas relações com todos os países". O Ministro reiterava ali que tanto Israel quanto a Palestina eram "amigos do Brasil" e defendeu o retorno à "posição tradicional e equilibrada mantida há mais de sete décadas", baseada no apoio à solução de dois Estados coexistindo em segurança, com fronteiras internacionalmente reconhecidas, e orientada pelo Direito Internacional.⁴

Os ataques terroristas do Hamas contra o território de Israel, em 7 de outubro de 2023, e a subsequente guerra em Gaza, seguidos pela escalada do confronto entre Israel e Irã e da guerra entre Israel e o Hezbollah, no Líbano, passaram a dominar a agenda internacional e a política externa brasileira (PEB) para o Oriente Médio. Em consequência, boa parte dos projetos concebidos para a região foi substituída por uma atuação predominantemente reativa aos desdobramentos dos conflitos e aos seus impactos sobre a política doméstica.

³ Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932450-leia-o-discurso-do-presidente-lula-na-integra/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/mauro-luiz-iecker-vieira-discurso-posse-2023> Acesso em: 5 ago. 2026.

Este artigo apresenta e busca analisar a evolução desses acontecimentos entre 7 de outubro de 2023 e julho de 2026 e examina as respostas da PEB para o Oriente Médio. Para tanto, organiza a análise em quatro eixos: (1) os ataques de 7 de outubro do Hamas e a guerra em Gaza; (2) os confrontos diretos entre Israel e Irã; (3) o conflito entre Israel e o Hezbollah no Líbano; e (4) a dinâmica geopolítica do Golfo Árábico.⁵

A pesquisa fundamenta-se em pronunciamentos do presidente Lula, do assessor especial da Presidência Celso Amorim e do chanceler Mauro Vieira, além de notas oficiais do governo brasileiro e de reportagens da imprensa nacional e internacional, incluindo veículos com distintas orientações editoriais. O recorte temporal inicia-se com os ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro de 2023 e estende-se até a guerra iniciada por Israel e pelos EUA contra o Irã, em 28 de fevereiro de 2026, e a guerra dos 12 dias em junho de 2025 conflito que permanecia em curso no início de agosto de 2026, quando este texto foi concluído.

O 7/10/2023 e a Guerra em Gaza

Na manhã de 7 de outubro de 2023, o Hamas realizou ataques terroristas contra o sul de Israel, que resultaram na morte de cerca de 1.200 pessoas de mais de quarenta nacionalidades e no sequestro de outras 239, levadas como reféns para a Faixa de Gaza. Quatro brasileiros estavam entre os mortos. Imediatamente, o presidente Lula declarou-se "chocado com os ataques terroristas realizados contra civis em Israel", manifestou condolências às vítimas, reafirmou o repúdio ao terrorismo e defendeu a retomada das negociações em favor da criação de um Estado palestino que conviva pacificamente com Israel.⁶ Algumas horas após o início dos ataques, o Itamaraty também divulgou nota oficial condenando as ações do Hamas e reiterando a necessidade de uma solução pacífica para o conflito.⁷

Naquele momento, o Brasil exercia a presidência rotativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas e buscou liderar iniciativa para reduzir a escalada da violência. A proposta brasileira recebeu doze votos favoráveis e duas abstenções, mas foi vetada pelos EUA em 18 de outubro daquele ano.⁸ O chanceler Mauro Vieira lamentou o veto, afirmando que o Brasil havia feito "todo o esforço possível" para interromper as hostilidades, que o Conselho de Segurança "falhou" e que sua paralisia era "moralmente inaceitável".⁹ Dias depois, durante a Cúpula de Paz do Cairo, reiterou que o Brasil "rejeita e condena inequivocamente os ataques terroristas perpetrados pelo Hamas em Israel em 7 de outubro, bem como a tomada de reféns civis" (Sochaczewski; Notari, 2024).

⁵ Propositamente escrevemos Golfo Árábico por termos interesse específico nos seis países árabes integrantes do Conselho da Cooperação do Golfo: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã.

⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-estou-chocado-com-os-ataques-terroristas-realizados-contra-civis-em-israel/> Acesso em 6 ago. 2026

⁷ Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/10/itamaraty-nota-ataque-a-israel-7-out-2023.pdf> Acesso em 6 ago. 2026

⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/conselho-de-seguranca-da-onu-rejeita-proposta-do-brasil-sobre-conflito> Acesso em 6 ago. 2026

⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/fizemos-todo-o-esforco-possivel-diz-mauro-vieira-sobre-resolucao-brasileira-vetada-na-onu/> Acesso em 6 ago. 2026

Nos dias seguintes, já com o início da ofensiva israelense na Faixa de Gaza, o governo brasileiro lançou a operação “Voltando em Paz”, destinada a repatriar brasileiros que desejassem deixar a região de conflito. O Itamaraty, a Força Aérea Brasileira e outros órgãos do governo articularam-se para localizar brasileiros em Israel, na Cisjordânia e em Gaza, negociar sua saída com as autoridades locais e realizar os voos de repatriação.¹⁰ Até 21 de dezembro de 2023, foram realizados onze voos, que repatriaram mais de 1.500 pessoas. Além disso, o Brasil enviou ajuda humanitária, incluindo purificadores de água e kits de saúde.¹¹

A guerra passou a ocupar lugar central na agenda diplomática brasileira. A primeira trégua humanitária, que possibilitou a troca de reféns mantidos pelo Hamas por prisioneiros palestinos detidos por Israel, foi recebida positivamente pelo Itamaraty. Em nota, o Ministério destacou que o acordo previa etapas sucessivas, celebrou a libertação dos reféns e ressaltou a importância da ampliação do acesso da ajuda humanitária à Faixa de Gaza.¹²

Ao mesmo tempo, o conflito tornou-se progressivamente um tema da polarização política doméstica. Em 8 de novembro de 2023, o então embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, seguiu instruções de seu governo de apresentar registros brutos dos ataques do Hamas e conseguiu reunir parlamentares brasileiros para tanto. No geral, porém, só apareceram congressistas da oposição e o encontro contou também com a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro, sendo interpretado pelo Itamaraty como uma “intromissão externa na política” doméstica.¹³

O encontro entre o embaixador israelense e Bolsonaro, somado às dificuldades enfrentadas pelo governo brasileiro para retirar cidadãos ainda retidos em Gaza, apesar do envolvimento direto do presidente Lula, pode ser visto como um importante prólogo da mudança gradual da posição brasileira em relação ao conflito. Desde o início da ofensiva israelense, o governo defendia um cessar-fogo imediato e a ampliação da assistência humanitária à população de Gaza.¹⁴ Progressivamente, contudo, passou a classificar a resposta militar israelense como desproporcional aos ataques terroristas perpetrados pelo Hamas.

Em dezembro de 2023, a África do Sul acionou Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, acusando o país de violar a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948) em razão de suas operações militares na Faixa de Gaza.¹⁵ Israel rejeitou as acusações, mas a Corte decidiu dar seguimento ao processo. Em janeiro de 2024, o governo brasileiro manifestou expectativa de que as medidas provisórias determinadas pela CIJ contribuíssem para um urgente alívio humanitário para Gaza, a obtenção de um

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/1-477-resgatados-conheca-os-detalhes-da-operacao-voltando-em-paz>. Acesso em 24 de junho. 2026.

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/1-477-resgatados-conheca-os-detalhes-da-operacao-voltando-em-paz>. Acesso em 24 de junho. 2026. Nesse sentido vale notar que o Brasil realizou o resgate de brasileiros de maneira mais ambiciosa e melhor organizada que países como os Estados Unidos.

¹² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/itamaraty-celebra-tregua-em-gaza-mas-ressalta-acordo-em-etapas-e-ve-futuro/>. Acesso em 6 ago. 2026.

¹³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/11/10/o-que-sabemos-encontro-bolsonaro-embaixador-israel.htm>. Acesso em 4 ago. 2026.

¹⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/22/com-13-votos-a-favor-conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-resolucao-sobre-gaza/>. Acesso em 6 ago. 2026.

¹⁵ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1826077>. Acesso em 6 ago. 2026.

cessar-fogo definitivo, a libertação dos reféns e a retomada da solução de dois Estados. O tema permaneceu central na agenda diplomática e, no fim de maio de 2024, o Itamaraty divulgou nota criticando o descumprimento, por Israel, da decisão da CIJ que determinava a interrupção imediata da ofensiva em Rafah.¹⁶

Em novembro de 2024, o Brasil protocolou intervenção formal no caso perante a CIJ, fundamentando sua participação no dever dos Estados de assegurar o cumprimento do Direito Internacional Humanitário diante da plausibilidade de violações dos direitos dos palestinos. Israel reagiu classificando a iniciativa brasileira como um "fracasso moral". Tratou-se da primeira — e, até o momento, única — intervenção do Brasil em um contencioso perante a CIJ, fato que merece destaque.

Também em novembro de 2024, o Tribunal Penal Internacional (TPI), igualmente sediado em Haia, expediu mandados de prisão contra o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e o então ministro da Defesa, Yoav Gallant, sob acusações de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. O Executivo brasileiro enfatizou o apoio do país aos organismos multilaterais e necessidade de respeito ao direito internacional humanitário, sem declarações inflamadas. É provável que tenha levado em consideração a polêmica causada no ano anterior quando o presidente da Rússia, Vladimir Putin, também teve mandado de prisão expedido pelo TPI por conta de crimes contra a Ucrânia e Lula em uma entrevista inicial para a mídia indiana teria dito que caso ele visitasse o Brasil não sofreria prisão, tendo que recuar posteriormente dessa declaração.¹⁷

Indícios de que participantes dos ataques de 7 de outubro de 2023 mantinham vínculos empregatícios com a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) provocaram intenso debate internacional sobre a continuidade de seu financiamento e até mesmo sobre sua eventual extinção.¹⁸ Quando EUA, Reino Unido e mais de uma dezena de países suspenderam os repasses à agência no início de 2024, Lula anunciou novo aporte financeiro brasileiro e conclamou a comunidade internacional a manter e ampliar as contribuições, classificando os cortes como "inumanidade", "covardia" e uma forma de "punição coletiva", em discurso no Cairo durante a Liga Árabe.¹⁹

A escalada retórica ocorreu em fevereiro de 2024, quando Lula participou, como convidado de honra, da cúpula da União Africana, em Adis Abeba, na Etiópia. Em seu discurso, afirmou que "o que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existiu em nenhum outro momento histórico. Na verdade, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus". Também classificou a guerra como um "genocídio" e criticou a "hipocrisia" da comunidade internacional.²⁰ Em resposta, o

¹⁶ Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/medidas-cautelares-da-corte-internacional-de-justica-sobre-operacoes-de-israel-em-rafah Acesso em 24 de junho. 2026.

¹⁷ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/09/11/a-contradicao-de-lula-ao-falar-do-tribunal-penal-internacional> Acesso em 5 ago. 2026.

¹⁸ Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/nine-unrwa-staff-may-have-been-involved-oct-7-attack-israel-says-un-2024-08-05/> Acesso em 17 ago. 2026.

¹⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-coletiva-do-presidente-lula-durante-visita-a-etioopia> Acesso em 24 de jun. 2026.

²⁰ Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/02/11/chega-de-punicao-coletiva-lula-aumenta-repasses-a-agencia-para-refugiados-palestinos/#google_vignette Acesso em 6 ago. 2026.

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-coletiva-do-presidente-lula-durante-visita-a-etioopia> Acesso em 24 de jun. 2026.

então chanceler israelense, Israel Katz, convocou o embaixador brasileiro em Israel, Frederico Meyer, ao Museu do Holocausto, em Jerusalém, onde declarou, em discurso em hebraico, que Lula havia se tornado persona non grata para Israel até que se retratasse.

Embora o episódio tenha tido repercussão internacional limitada, seus efeitos domésticos foram significativos. A Confederação Israelita do Brasil (CONIB) divulgou nota afirmando que Lula "distorcia perversamente a realidade"²¹, enquanto palestinos e apoiadores elogiaram sua posição, alimentando polarização e intenso debate no Congresso Nacional. Como observam Maria Regina Soares de Lima e Diogo Ives (2024), a política externa do terceiro governo Lula tornou-se uma política transversal, "cujos efeitos atravessam rapidamente as dimensões doméstica e internacional do Brasil". Nesse contexto, a declaração presidencial produziu elevados custos políticos internos, sem gerar ganhos perceptíveis na esfera internacional.

Os mesmos autores argumentam que a Assessoria Internacional da Presidência da República direcionava então sua comunicação prioritariamente ao público interno favorável ao governo, respaldando as declarações de Lula, enquanto caberia ao Itamaraty moderar o discurso perante a comunidade internacional. No episódio, Celso Amorim manifestou apoio às declarações do presidente, sinalizando que o governo estudava medidas contra Israel, inclusive nas áreas militar e comercial, além de afirmar que o embaixador brasileiro não retornaria a Tel Aviv após o incidente no Museu do Holocausto.²² Paralelamente, o chanceler Mauro Vieira convocou o embaixador de Israel no Brasil, enquanto o governo brasileiro chamou para consultas seu embaixador em Israel, Frederico Meyer.²³

Os desdobramentos da guerra em Gaza evidenciaram como o conflito israelo-palestino passou a ser interpretado, em diversos países, também por meio das clivagens políticas domésticas. No Brasil, em particular, o tema tornou-se cada vez mais associado à polarização entre diferentes campos políticos. Em termos simplificados, consolidou-se uma associação segundo a qual a direita tende a se alinhar a Israel, enquanto a esquerda manifesta maior apoio à causa palestina. Se, para os formuladores da política externa do terceiro governo Lula, o Oriente Médio ocupava inicialmente lugar relevante na estratégia de diversificação de parcerias voltada à multipolaridade, articulada a temas como mudanças climáticas, expansão dos BRICS, integração sul-americana e mediação de conflitos (Lima; Ives, 2024), a guerra revelou a complexidade e os limites dessa agenda.

A escalada do conflito prosseguiu e, em 29 de maio de 2024, Lula retirou definitivamente o embaixador brasileiro de Israel após a ofensiva em Rafah

²¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/conib-repudia-comparacao-de-lula-do-conflito-em-gaza-com-holocausto-distorcao-perversa-da-realidade/> Acesso em 6 ago. 2026

²² Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/autoridades-brasileiras-em-israel Acesso em 24 de junho. 2026

²³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/politica/em-reuniao-com-mauro-vieira-embaixador-brasileiro-em-israel-devera-detalhar-reprimenda-publica-e-avaliar-relacao-entre-os-dois-paises/> Acesso em 6 ago. 2026.

²⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/29/lula-retira-definitivamente-embaixador-brasileiro-de-israel-apos-massacre-em-rafah/>; <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decretos-de-28-de-maio-de-2024-562672742> Acesso em 6 ago. 2026

marcando o agravamento das relações bilaterais.²⁴ Frederico Meyer foi imediatamente designado representante permanente do Brasil junto à Conferência sobre Desarmamento, em Genebra, cargo que não exige sabatina pelo Senado.

A embaixada brasileira em Tel Aviv passou a ser chefiada pelo encarregado de negócios Fabio Moreira Farias, situação que permanecia até o momento em que se redige esse artigo, em julho de 2026. A embaixada de Israel em Brasília, por sua vez, permaneceu sob o comando do embaixador Daniel Zonshine até meados de 2025. Embora sua aposentadoria tenha sido comunicada previamente e Israel tenha indicado sucessor, o governo brasileiro não concedeu o agrément, deixando a representação sob a responsabilidade da encarregada de negócios Rasha Athmani. Em 2026, o Itamaraty também recusou uma indicação para o consulado israelense na cidade de São Paulo em razão de dupla nacionalidade, brasileira e israelense, da indicada.²⁵ Para Paulo Roberto de Almeida (2026), as relações diplomáticas foram efetivamente rompidas.

Desde 2024, os posicionamentos oficiais do Brasil passaram a condenar reiteradamente as operações militares israelenses em áreas densamente povoadas de Gaza, caracterizando-as, em grande medida, como "sistemática violação aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário Internacional"²⁶. O país copatrocinou e votou favoravelmente à resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que reconheceu a Palestina como qualificada para tornar-se membro pleno da ONU, reiterando o reconhecimento brasileiro do Estado palestino desde 2010 e o apoio à solução de dois Estados. Em setembro de 2025, voltou a saudar a ampliação do número de reconhecimentos internacionais da Palestina e conclamou outros países a seguirem o mesmo caminho.²⁷

A posse de Donald Trump, em 20 de janeiro de 2025, introduziu um novo elemento na crise. Logo no início de seu segundo mandato, o presidente estadunidense aventou ideia de construir uma "Riviera" em Gaza que provocou forte reação internacional.²⁸ Lula classificou o plano como "praticamente incompreensível para qualquer ser humano", e Mauro Vieira descreveu a proposta de deslocamento da população de Gaza como "um desdobramento aterrador", incompatível com os princípios fundamentais do Direito Internacional.²⁹

Em setembro de 2025, Trump apresentou um plano de 20 pontos e propôs a criação de um "Conselho de Paz" para Gaza. Dessa vez Lula saudou o avanço das negociações entre Israel e Palestina e reiterou o apoio brasileiro a todas as iniciativas voltadas à paz, defendendo que esse esforço pudesse ser estendido a outros conflitos. No mês seguinte, com o Acordo de Sharm el-Sheikh, voltou a

²⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2026/07/itamaraty-veta-consul-de-israel-em-sao-paulo-e-aponta-obstaculo-de-dupla-nacionalidade.shtml> Acesso em 6 ago. 2026

²⁶ Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataque-israelense-a-campo-de-refugiados-nas-proximidades-de-rafa Acesso em 24 de junho. 2026

²⁷ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/2025/5/26/brasil-e-outros-paises-pressionam-israel-por-fim-de-ataques-na-faixa-de-gaza> Acesso em 6 ago. 2026

²⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-detalha-plano-para-construir-riviera-do-orientes-medio-em-gaza/> Acesso em 6 ago. 2026

²⁹ Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4205301/chanceler-de-lula-diz-que-ideia-de-trump-de-remover-palestinos-de-gaza-e-aterrosa> Acesso em 6 ago. 2026

³⁰ Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202510/lula-celebra-avanco-paz-israel-e-palestina> Acesso em 24 de junho. 2026.

³¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/brasil-comemora-acordo-para-fim-do-conflito-na-faixa-de-gaza> Acesso em 24 de junho. 2026

celebrar a perspectiva de um cessar-fogo e reafirmou o apoio brasileiro às negociações.³⁰

O Itamaraty também saudou o acordo, reconheceu o papel dos EUA e dos países mediadores — Catar, Egito e Turquia — reiterando seu apoio à solução de dois Estados e à reconstrução de Gaza sob coordenação palestina.³¹ Em novembro, o Brasil votou favoravelmente à Resolução 2803 do Conselho de Segurança da ONU, que criou uma Força de Estabilização para Gaza, e apresentou explicação de voto sobre a resolução relativa à crise humanitária e aos reféns.³²

Em janeiro de 2026, durante as discussões sobre a segunda fase do plano para Gaza, Lula avaliou o convite de Trump para integrar o "Conselho de Paz". Em conversa telefônica, sugeriu a inclusão de representante palestino e defendeu que o órgão restringisse sua atuação às questões relacionadas a Gaza, condicionando a participação brasileira a essas alterações. Celso Amorim, por sua vez, manifestou-se contrário à adesão do Brasil, afirmando que o Conselho representaria "uma revogação prática da ONU, sobretudo na área de paz e segurança", além de sustentar que "não se pode ter um conselho que não inclua os palestinos".³³

Desde o início da guerra em Gaza, duas missões da Global Sumud Flotilla partiram em direção ao território e foram interceptadas por Israel. Em ambas, brasileiros foram detidos. Lula classificou as prisões como "absurdas" e afirmou que Israel violou o Direito Internacional ao interceptar as embarcações fora de seu mar territorial. Um dos principais líderes da iniciativa é o ativista e ambientalista brasileiro Thiago Ávila, detido duas vezes por autoridades israelenses. Em 2026, Ávila tornou-se pré-candidato da Rede ao cargo de deputado federal por São Paulo, defendendo plataforma crítica ao imperialismo estadunidense e ao sionismo, conforme se vê em seu perfil no Instagram. No campo oposto, o vereador do Rio de Janeiro, Flávio Valle (PSD), também é pré-candidato, mas a deputado estadual, em 2026. Sua atuação política é ampla, mas há forte componente de apoio ao direito de defesa de Israel, pela defesa de políticas de combate ao antissemitismo e por críticas à política externa do governo Lula, que considera excessivamente desfavorável a Israel.

Esses exemplos ilustram que, além da consolidação de uma opinião pública mais atenta aos temas de política externa — especialmente ao conflito israelo-palestino, como observam os pesquisadores Feliciano de Sá Guimarães e Ivan Filipe Fernandes³⁴—, as questões do Oriente Médio passaram a ocupar espaço crescente nas campanhas eleitorais e na disputa política doméstica.³⁵

³² Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/explicacao-de-voto-do-brasil-em-reuniao-que-aprovou-resolucao-do-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-a-crise-humanitaria-e-dos-refens-em-gaza; <https://news.un.org/pt/story/2025/11/1851561> Acesso em 24 de junho. 2026

³³ Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/politica/celso-amorim-indica-que-brasil-recusara-convite-para-conselho-de-paz-de-trump> Acesso em 6 ago. 2026

³⁴ <https://cebri.org.br/evento/873/a-opinioao-publica-brasileira-sobre-o-conflito-entre-israel-e-palestina> Acesso em 5 ago 2026

³⁵ Vale aprofundar uma reflexão sobre o peso crescente de pautas internacionais em campanhas para o Legislativo em particular a partir de 2018 quando Eduardo Bolsonaro foi o deputado mais votado da história, com pauta de oposição ao globalismo, críticas à governos de esquerda na América Latina e aproximação com os EUA. Luiz Philippe de Orléans e Bragança, por sua vez é candidato à reeleição a deputado estadual em 2026, pelo PL-SP, com pauta de batalha cultural e civilizatória contra o Islã, acusações de ser o Itamaraty "puxadinho ideológico do PT", com política externa "infantil, ideológica e movida a provocações", conforme postagens em seu perfil no Instagram.

Conflito Israel x Irã

Para os israelenses os ataques terroristas de 7 de outubro de 2023 estão profundamente envolvidos com a disputa regional com o Irã. A possível normalização das relações entre Israel e a Arábia Saudita, promovida pela administração de Joe Biden, gerava preocupações distintas entre o Irã e o Hamas. Para Teerã, o processo poderia enfraquecer suas pretensões de liderança regional e sua estratégia de resistência à influência ocidental; para o Hamas, sinalizava o risco de marginalização da questão palestina, sobretudo diante de uma eventual aproximação de Israel com a Arábia Saudita, guardiã das cidades sagradas de Meca e Medina. O Hamas era aliado não xiita do Irã e imediatamente depois do 7 de outubro seus proxies como Hezbollah, no Líbano, e Houthis, no Iêmen, passaram a atacar Israel em “solidariedade com o povo palestino”, sem serem diretamente provocados.³⁶ Para israelenses e estudiosos de Oriente Médio pareceu provável que, em algum momento, o conflito deveria se expandir regionalmente e isso, de fato, se deu.

Em 1º de abril de 2024 houve um ataque ao consulado iraniano em Damasco, na Síria, atribuído a Israel, que destruiu a edificação e matou um comandante das Guardas Revolucionárias. O MRE do Brasil condenou em nota o ataque aéreo, recordando a inviolabilidade das representações diplomáticas e consulares, e pedindo máxima contenção para evitar a propagação das hostilidades na região.³⁷ Em 13 de abril de 2024 o Irã retaliou pela primeira vez diretamente contra Israel e o MRE emitiu nota pedindo que todas as partes exercessem máxima contenção e conclamou a comunidade internacional a evitar a escalada do conflito. Diante de críticas pela ausência da palavra “condenação” na nota, Mauro Vieira afirmou que “o Brasil condena sempre qualquer ato de violência e o país conclama sempre o entendimento entre as partes”.³⁸

Em 31 de julho de 2024 o líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, foi assassinado em Teerã onde estava para a posse do presidente Masoud Pezeshkian. O MRE condenou “veementemente” o assassinato, repudiou o “flagrante desrespeito à soberania e à integridade territorial do Irã”, em violação à Carta da ONU, e apelou a “máxima contenção” para evitar uma escalada de grandes proporções.³⁹ Quando de um ano da guerra, em outubro de 2024 houve uma segunda troca de mísseis entre Irã e Israel e o Brasil voltou a condenar a ação e a pedir contenção para evitar a expansão do conflito.⁴⁰

³⁶ Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/8/israel-hezbollah-exchange-fire-raising-regional-tensions>; <https://www.aljazeera.com/news/2023/11/14/yemens-houthis-say-they-fired-ballistic-missiles-towards-israel> Acesso em 6 ago. 2026

³⁷ Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataque-ao-consulado-iraniano-em-damasco Acesso em 24 de junho. 2026

³⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c99zlw1qdx2o> Acesso em 6 ago. 2026

³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/31/lider-do-hamas-morto.ghtml> Acesso em 6 ago. 2026

⁴⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2024-10/brasil-condena-ataque-de-israel-contr-o-ira-neste-sabado> Acesso em 24 de junho. 2026

⁴¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-06/lula-reafirma-que-guerra-em-gaza-e-genocidio-e-que-judeus-sao-contr> Acesso em 24 de junho. 2026

De 13 a 24 de junho de 2025 se desenrolou o que tem sido chamado de “guerra dos doze dias” em que Israel e EUA atacaram o que alegam ser sítios nucleares no Irã. Lula reafirmou então que a guerra em Gaza era “genocídio” e republicou em suas redes a nota do Itamaraty condenando os ataques ao Irã.⁴¹ Em nota de 22 de junho o Itamaraty condenou “com veemência” os ataques dos EUA a três instalações nucleares iranianas, classificando-os como “flagrante transgressão” da Carta da ONU e das normas da AIEA e violação da soberania do Irã, e pediu “máxima contenção” e solução diplomática.⁴²

Chegamos então a 28 de fevereiro de 2026 quando novamente Israel e EUA atacaram o Irã, gerando conflito iniciado originalmente como um projeto comum de derrubarem o regime iraniano e com pauta israelense contra o programa nuclear iraniano, bem como seus mísseis balísticos e proxies regionais. O conflito ainda se desenrola enquanto digitamos essas linhas, tendo como efeitos, porém, o fechamento do Estreito de Ormuz, ataques iranianos contra os países do Golfo e desdobramentos no Mar Vermelho. O governo brasileiro de imediato condenou os ataques militares de Israel e EUA contra o Irã e seguiu com o padrão da PEB de defender multilateralismo, princípio da não intervenção, solução negociada de controvérsias e primazia do Direito Internacional.⁴³

Lula e Celso Amorim relembram diversas vezes a tentativa de mediação brasileira em 2010, junto com Turquia, conhecida como “Declaração de Teerã”, buscando demonstrar haver soluções diplomáticas para o impasse nuclear iraniano. Para eles, se implementada, a declaração poderia ter evitado escalada militar, mas foi vetada pelos EUA então sob governo de Barack Obama. Quando de seu encontro com Trump em Washington em maio de 2026, Lula entregou a ele uma cópia do documento.⁴⁴

Israel x Líbano

Como dito antes, imediatamente após o 7 de outubro, o Hezbollah passou a atacar o norte de Israel a partir do Líbano. Como consequência, a intensificação do conflito em território libanês configura um dos impactos mais significativos da guerra atual para o Brasil. A relação entre o Brasil e o Líbano é marcada por profundos laços históricos, impulsionados pela presença da dita “maior diáspora libanesa” no mundo (Bercito, 2021). Ao longo das últimas décadas, crises no Líbano frequentemente mobilizaram a comunidade libanesa no Brasil, influenciando iniciativas humanitárias e até a atuação diplomática e militar brasileira, se levarmos em conta a liderança da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL entre 2011 e 2020.

⁴² Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataques-a-instalacoes-nucleares-do-ira Acesso em 24 de junho. 2026

⁴³ Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataques-dos-estados-unidos-e-de-israel-ao-ira Acesso em 24 de junho. 2026

⁴⁴ Disponível em https://www.metropoles.com/mundo/lula-entrega-a-trump-copia-do-acordo-nuclear-firmado-com-o-ira-em-2010#goog_rewarded Acesso em 5 ago 2026

Nesse contexto, a escalada da violência no Líbano tem impactos diretos sobre o Brasil, tanto pelo forte vínculo da diáspora quanto pela forte presença de brasileiros no país. A deterioração da situação humanitária continua despertando preocupação entre famílias com laços no Líbano e reforça a relevância do conflito para a política externa brasileira. Ao mesmo tempo, diferentemente de crises a mobilização pública da comunidade libanesa no Brasil parece mais limitada, apesar da gravidade dos acontecimentos.⁴⁵

De imediato após o ataque do Hamas, se deram ataques de lado a lado, mas a escalada contra o Líbano ocorreu em setembro de 2024. Israel levou a cabo uma operação preparada há tempos em que os paggers e walkie talkies pertencentes aos membros do Hezbollah explodiram gerando 37 mortos e mais de três mil feridos.⁴⁶ Hassan Nasrallah, líder do grupo, foi ainda assassinado em 27 de setembro. Era o período de abertura da 79ª Assembleia Geral da ONU e Lula condenou, então de Nova York, a escalada e manteve a denúncia da guerra em Gaza.⁴⁷ Ocorreram mortes de brasileiros e o Itamaraty condenou os ataques de Israel ao Líbano, pedindo pelo fim das hostilidades.⁴⁸ No final de novembro, o MRE apoiou o cessar-fogo e conclamou Israel a retirar todas as suas forças do território libanês, em cumprimento à Resolução 1.701 (2006) do CSNU.⁴⁹

O governo brasileiro empreendeu mais uma vez uma campanha de repatriação de brasileiros. Ainda em 2024, em resposta ao agravamento da situação de segurança, o governo brasileiro lançou a Operação intitulada “Raízes do Cedro”, coordenada pelo MRE e pelo Ministério da Defesa. Entre outubro e novembro de 2024, foram realizados doze voos de repatriação, que retiraram aproximadamente 2.500 brasileiros e familiares do Líbano, configurando a maior operação de evacuação internacional já conduzida pelo país.⁵⁰

Em função da guerra de Israel e EUA contra o Irã iniciada em 28 de fevereiro de 2026, as hostilidades retomadas entre Israel e Hezbollah foram mantidas mesmo quando foi declarado cessar-fogo. O Itamaraty reiterou “a mais veemente condenação a todos os ataques perpetrados durante a vigência do cessar-fogo, tanto por parte das forças israelenses quanto do Hezbollah”, pedindo a imediata cessação das hostilidades e a retirada completa das forças israelenses do Líbano (Res. 1701/2006 do CSNU).⁵¹ Em maio de 2026 o MRE confirmou mais uma vez a morte de brasileiros em bombardeios de Israel ao Líbano e instou Israel a suspender imediatamente as ações militares e a retirar suas forças do território libanês, com pleno cumprimento da Resolução 1701.⁵²

⁴⁵ Entrevista concedida por Diogo Bercito a Paloma Cupello e Monique Sochaczewski Goldfeld. Videoconferência (Zoom), 8 de maio de 2026.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-e-como-os-pagers-do-hezbollah-explodiram-veja-possiveis-explicacoes/> Acesso em 6 ago 2026

⁴⁷ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/09/1838126>; <https://exame.com/mundo/veja-a-integra-do-discurso-de-lula-na-assembleia-geral-da-onu-em-2024/> Acesso em 6 ago 2026

⁴⁸ Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/escalada-de-tensoes-no-libano-e-em-israel Acesso em 6 ago 2026

⁴⁹ Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/itamaraty-apoia-cessar-fogo-e-conclama-israel-a-retirar-todas-as-suas-forcas-do-territorio-libanes> Acesso em 6 ago 2026⁵⁰ CAVERNI, Alexandre. Primeiro voo de repatriados do Líbano chega ao Brasil. Reuters. Publicado pelo UOL, 6 out. 2024. Disponível em: [UOL Economia](https://www.uol.com.br/economia/). Acesso em: 5 ago. 2026.

⁵¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-04/brasil-condena-agressao-de-israel-contra-libano-em-meio-cessar-fogo> Acesso 5 ago. 2026.

⁵² Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/mortes-de-brasileiros-no-libano-em-decorrenca-de-ataques-israelenses Acesso 5 ago. 2026.

Com a persistência das hostilidades em meados de 2026, o conflito na região mantém importante dimensão doméstica. O Brasil continua ocupando um lugar simbólico importante na memória migratória libanesa, sendo visto como destino histórico de oportunidades e elemento central na trajetória da diáspora, o que confere às crises no Líbano uma dimensão que transcende a política externa e alcança também a sociedade brasileira.⁵³

Brasil e o Golfo Árábico

Em 2023, Lula realizou 15 viagens internacionais, visitando 24 países. Nesse contexto, o Golfo Árábico — aqui entendido como a sub-região composta pelos membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) - Arábia Saudita, Bahrein, Catar, EAU, Kuwait e Omã — recebeu atenção especial, tendo sido visitado em duas ocasiões. Em abril, após visita oficial à China, Lula esteve nos EAU; em dezembro, retornou aos EAU para a COP28 de Dubai, e visitou a Arábia Saudita. Em 2026, o presidente voltou aos EAU durante o retorno de sua viagem à Ásia, reafirmando o país como principal parceiro brasileiro na região (com um superávit de US\$ 136,6 milhões registrado em julho de 2026),⁵⁴ dando continuidade a uma agenda voltada à atração de investimentos, à ampliação do comércio e ao aprofundamento da cooperação estratégica. Na ocasião, reuniu-se com o presidente Mohammed bin Zayed Al Nahyan, com quem defendeu a aceleração das negociações de um acordo entre o Mercosul e os EAU, com vistas ao fortalecimento da parceria econômica.⁵⁵

Interessa destacar que, no que se refere à PEB para o Golfo, não houve ruptura significativa entre os governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de suas diferenças ideológicas. Embora a retórica do governo Bolsonaro tenha sido marcadamente favorável a Israel, sua política para as monarquias do Golfo permaneceu pragmática, priorizando a ampliação das relações econômicas, comerciais e de investimento. Em outubro de 2019, Bolsonaro realizou visitas oficiais aos EAU, ao Catar e à Arábia Saudita com agenda concentrada na atração de investimentos para os programas brasileiros de infraestrutura e privatizações, na expansão das exportações e no fortalecimento da cooperação em áreas como energia, defesa e agronegócio. Nos EAU, as relações bilaterais foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica; no Catar, as negociações enfatizaram comércio e investimentos; e, na Arábia Saudita, Bolsonaro participou da Future Investment Initiative (FII) e reuniu-se com o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman para promover oportunidades de investimento no Brasil.⁵⁶

⁵³ Entrevista concedida por Diogo Bercito a Paloma Cupello e Monique Sochaczewski Goldfeld. Videoconferência (Zoom), 8 de maio de 2026.

⁵⁴ Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 6 ago. 2026.

⁵⁵ Américo Martins, “Em um ano de governo, Lula visita 24 países e busca diplomacia presidencial,” CNN Brasil, 30 de dezembro de 2023, <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-um-ano-de-governo-lula-visita-24-paises-e-busca-diplomacia-presidencial/>.

⁵⁶ Ministério das Relações Exteriores, Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial aos Emirados Árabes Unidos de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Jair Bolsonaro, Abu Dhabi, 27 out. 2019; Agência de Notícias Brasil-Árabe (ANBA), Viagem de Bolsonaro ao Golfo vai priorizar negócios, 10 out. 2019.

A intensificação do engajamento promovida pelo terceiro governo Lula representa assim, mais do que uma mudança de direção da PEB para o Golfo, uma reorientação de prioridades diplomáticas. Essa inflexão ocorre em um contexto de transformações mais amplas na geopolítica do Oriente Médio. Nas últimas décadas, o declínio relativo da centralidade política e econômica do Levante (Líbano, Síria, Jordânia, Israel e os Territórios Palestinos.) — região historicamente mais conectada ao Brasil em razão dos fluxos migratórios de libaneses, sírios e palestinos — foi acompanhado pela ascensão das monarquias do Golfo como principais polos de poder econômico e diplomático da região. Paralelamente, países como Catar e EAU consolidaram-se como importantes centros de produção cultural, artística e de inovação no mundo árabe, impulsionados por estratégias de diversificação econômica voltadas à redução da dependência das receitas provenientes dos hidrocarbonetos.

Nesse contexto, cidades como Dubai, Abu Dhabi e Doha tornaram-se hubs globais de aviação, finanças, tecnologia, turismo e do setor hospitalar. A realização de megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo da FIFA de 2022, no Catar, reforçou a projeção internacional da região como um espaço de negócios, conectividade e investimentos.⁵⁷ Essa transformação resulta de estratégias estatais de inserção internacional apoiadas na elevada capacidade de investimento, em políticas de diversificação econômica e em uma atuação externa pragmática, caracterizada pela manutenção de estreitas parcerias de segurança com os EUA e pelo aprofundamento das relações econômicas e tecnológicas com potências asiáticas, especialmente China, Índia, Japão e Coreia do Sul.

O interesse brasileiro pelo Golfo esteve associado à busca por oportunidades de atração de investimentos, especialmente por meio dos fundos soberanos da região, à expansão do comércio bilateral e ao aprofundamento da cooperação em setores estratégicos, como energia, infraestrutura, segurança alimentar e transição energética. Paralelamente, o fortalecimento do diálogo político com EAU⁵⁸, Arábia Saudita e Catar refletiu o crescente protagonismo desses países na governança internacional, na mediação de conflitos regionais e nos mercados globais de energia e finanças. Essa orientação insere-se na estratégia da política externa brasileira de diversificar parcerias e ampliar sua margem de autonomia no sistema internacional, reduzindo a dependência de mercados tradicionais e fortalecendo sua inserção em uma ordem internacional cada vez mais multipolar.

Para além da diplomacia presidencial, observa-se o aprofundamento das relações econômicas e institucionais entre o Brasil e os países do Golfo por meio da intensificação de missões empresariais, da atuação de câmaras de comércio e de agências de promoção de investimentos. Em 2025, por exemplo, a Qatar

⁵⁷ Paloma Cupello, “Análise: O mito da excepcionalidade do Golfo em xeque,”. O Globo, 16 de abril de 2026. Entrevista concedida por Marina Passos a Paloma Cupello, Monique Sochaczewski Goldfeld e demais participantes do “Observatório do Golfo”, Videoconferência (Zoom), 7 de agosto de 2026.

⁵⁸ G1. Lula e presidente dos Emirados Árabes Unidos negociam avanço de acordo Mercosul-EAU. 24 fev. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/02/24/lula-e-presidente-dos-emirados-arabes-unidos-negociam-avanco-de-acordo-mercossul-eau.ghtml>. Acesso em: 6 ago. 2026.

Chamber recebeu uma delegação empresarial brasileira liderada pela Invest Paraná, com o apoio da Embaixada do Brasil em Doha, para identificar oportunidades de negócios e fortalecer a cooperação econômica, sobretudo nos setores de segurança alimentar, agronegócio e indústria. Na ocasião, representantes de ambos os países manifestaram interesse em ampliar os fluxos bilaterais de investimento, estimular parcerias entre empresas e consolidar o Catar como plataforma para a expansão de negócios brasileiros no Golfo e em outros mercados do Oriente Médio.⁵⁹

A evolução do caso da Refinaria de Mataripe, na Bahia, também ilustra a crescente densidade das relações econômicas entre o Brasil e Golfo. Em 2021, no contexto da política de desinvestimentos da Petrobras implementada pelo Jair Bolsonaro, a refinaria foi adquirida pelo fundo soberano emiradense Mubadala Capital, consolidando um dos mais relevantes investimentos dos EAU no setor energético brasileiro. Com a mudança de orientação da política energética no governo Lula, a Petrobras iniciou negociações para adquirir o ativo. Contudo, as discussões evoluíram para além de uma simples reversão da privatização: segundo informações divulgadas em 2024, as partes passaram a considerar um modelo de parceria no qual a Petrobras retomará o controle da refinaria, enquanto o Mubadala permanecerá como investidor em projetos conjuntos de biocombustíveis e transição energética. Esse processo evidencia que a presença dos fundos soberanos do Golfo no Brasil deixou de se restringir à aquisição de ativos e passou a incorporar mecanismos mais sofisticados de cooperação industrial e compartilhamento de investimentos. Nesse sentido, o caso Mataripe revela uma transformação qualitativa das relações econômicas Brasil–Golfo, caracterizada pela convergência entre os interesses brasileiros de fortalecimento da capacidade nacional de refino e os objetivos dos investidores do Golfo de consolidar posições estratégicas em mercados energéticos e de baixo carbono, substituindo uma lógica estritamente financeira por uma parceria de caráter estrutural e de longo prazo.⁶⁰

Outro indicador da crescente importância atribuída ao Oriente Médio — e, em particular, ao Golfo — na PEB é a crescente representação diplomática na região. Entre 2023 e 2026, o governo Lula III encaminhou ao Senado Federal indicações de embaixadores para praticamente todos os Estados do Conselho de Cooperação do Golfo incluindo Arábia Saudita, Bahrein, Catar, EAU, Kuwait e Omã. Embora a nomeação de embaixadores integre a rotina do serviço exterior brasileiro, a renovação simultânea das chefias de missão em quase toda a sub-região coincide com a intensificação da agenda bilateral, especialmente em temas como investimentos, comércio, energia, segurança alimentar e transição energética. Esse movimento ampliou a capacidade institucional do Brasil para conduzir o diálogo político e econômico e assegurar maior continuidade às

⁵⁹ QATAR CHAMBER. Qatar Chamber Hosts Brazilian Trade Delegation to Strengthen Economic Cooperation. Doha, 30 set. 2025. Disponível em:

. Acesso em: 6 ago. 2026.

⁶⁰ REUTERS. Petrobras wrapping up due diligence to buy back refinery from Mubadala, sources say. Reuters, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/petrobras-wrapping-up-due-diligence-buy-back-refinery-mubadala-sources-say-2024-07-26/>. Acesso em: 6 ago. 2026.

iniciativas de cooperação. Assim, a estratégia brasileira para o Golfo também buscou fortalecimento da estrutura diplomática responsável por implementar e sustentar as parcerias bilaterais, evidenciando um processo de crescente institucionalização das relações entre o Brasil e os Estados do Golfo.⁶¹

O caso do Bahrein é particularmente ilustrativo desse processo. Embora Brasil e Bahrein mantenham relações diplomáticas desde 1974, a Embaixada do Brasil em Manama foi inaugurada apenas em 2021, durante a visita oficial do presidente Jair Bolsonaro ao país. Com a abertura desse posto, o Brasil passou a contar com representações diplomáticas residentes em todos os seis Estados do CCG, consolidando sua presença institucional na sub-região. Segundo o Itamaraty, a instalação da embaixada foi acompanhada pela intensificação dos contatos políticos e técnicos, pela realização regular de consultas bilaterais, pela ampliação do intercâmbio parlamentar e pela participação brasileira no *Manama Dialogue*, principal fórum regional dedicado a questões de segurança no Oriente Médio.⁶²

A expansão do BRICS impulsionada, em grande parte, por interesses chineses e russos, também repercutiu nas relações entre o Brasil e os países do Golfo. A admissão dos EAU como membro pleno em 2024 e a aproximação da Arábia Saudita ao agrupamento ampliaram as possibilidades de coordenação política e cooperação econômica entre o Brasil e as monarquias do Golfo. Ao mesmo tempo, a incorporação do Irã evidenciou os desafios para a coesão interna do BRICS ampliado, uma vez que o bloco passou a reunir Estados com prioridades estratégicas e percepções de segurança frequentemente divergentes. A ampliação do número de membros foi recebida com reservas pelo Brasil, uma vez que a expansão tende a diluir sua influência relativa dentro do agrupamento. Como forma de preservar seu peso regional, buscou contrabalançar esse movimento defendendo a inclusão da Argentina, iniciativa que acabou frustrada após a eleição de Javier Milei e a decisão do novo governo argentino de não aderir ao BRICS. A posição da Arábia Saudita também ilustra essas tensões. Embora Riad tenha intensificado sua cooperação com a China e participado das iniciativas do BRICS, sua adesão ao agrupamento permaneceu indefinida durante parte do período analisado e sua política externa continuou orientada por uma estratégia de diversificação de parcerias. Nesse contexto, o país tem buscado ampliar suas relações com potências emergentes e estimular o uso de moedas locais em determinadas transações, sem romper com a centralidade do dólar nem com sua parceria estratégica de segurança com os EUA. Assim, sua aproximação ao BRICS deve ser compreendida menos como um alinhamento antiocidental do que como parte de uma estratégia de maximização da autonomia em um contexto internacional marcado pela crescente competição entre grandes potências.

⁶¹ Senado Federal. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mensagens (MSF) de indicação de chefes de missão diplomática (2023–2026). Disponível em:

Acesso em: 6 ago. 2026.

⁶² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Manama. Relações bilaterais. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-manama/relacoes-bilaterais>. Acesso em: 6 ago. 2026.

As limitações da coesão política do BRICS ampliado tornaram-se ainda mais evidentes diante da escalada militar envolvendo o Irã, em 2026. Os ataques israelenses e estadunidenses ao território iraniano e a subsequente expansão do conflito para o Golfo atingiram diretamente os EAU, fortemente bombardeado pelo Irã no início da guerra, e, de forma indireta, a Arábia Saudita, por meio de ações de milícias apoiadas por Teerã, como grupos xiitas no Iraque e os houthis no Iêmen. Esse contexto evidenciou que o BRICS reúne países cujos interesses de segurança são, em diversos casos, conflitantes, de modo que sua ampliação não implica convergência automática em matéria geopolítica. Enquanto o Irã tende a utilizar o agrupamento como instrumento de contestação da ordem internacional liderada pelos EUA, os EAU o concebem sobretudo como uma plataforma de diversificação econômica e diplomática, preservando, simultaneamente, suas estreitas parcerias em defesa, segurança e investimentos com Washington.

A posição brasileira aproxima-se dessa perspectiva. O governo Lula tem reiterado que o BRICS constitui um mecanismo de cooperação entre economias emergentes voltado ao fortalecimento do multilateralismo e à reforma da governança internacional, e não uma aliança de caráter antiocidental.⁶³

Essa convergência de entendimento contribui para explicar o aprofundamento das relações entre o Brasil e os Estados do CCG, ao mesmo tempo em que evidencia os limites da coesão estratégica do BRICS ampliado diante da diversidade de interesses de seus membros.

Considerações Finais

Quando do início do terceiro mandato de Lula havia por um lado o esforço pela recomposição do Itamaraty e da PEB depois dos quatro anos de desmonte e isolacionismo de Bolsonaro e por outros anseios “favoráveis à construção da nova ordem global, amarrando as questões climáticas e alimentares à reforma do sistema financeiro e do Conselho de Segurança da ONU” (Lopes, 2024: p. 88). No governo Bolsonaro houve guinada pró-Israel e, se no início do governo Lula parecia se ter posição equilibrada em relação ao conflito israelo-palestino, a partir de 2024 ficou cada vez mais claro que ele se posicionava contra Israel e a favor dos palestinos, reforçando a transversalidade da política externa tratada por Maria Regina Soares de Lima e Diogo Ives. O internacional e o doméstico se entrelaçavam e, como tem demonstrado Feliciano Guimarães de Sá e Ivan Filipe Fernandes (2024), cada vez mais há uma opinião pública e peso eleitoral para temas de política externa.

⁶³ Veja, “‘Brics não nasceu para afrontar ninguém’, diz Lula após ameaças de Trump,” July 7, 2025,

Os especialistas em PEB tem reforçado que a política externa de Lula 3 segue sendo “altiva e ativa” tendo ainda o mesmo Celso Amorim dos dois primeiros mandatos e que foi coordenador internacional da campanha “Lula Livre” quando da prisão do presidente, como vetor principal junto a Lula e ao chanceler Mauro Vieira (Lopes, 2024: p. 94). O que diferenciaria seria o “contexto internacional geopoliticamente mais restritivo e conflitivo do que no passado”. “Lula não mudou; o que mudou foi a natureza transversal dos atos internacionais e essa faceta maximiza os custos de falas de improviso” (Lima, Ives: 2024), como aquela sobre o Holocausto em Adis Abeba, ou mesmo sobre a guerra do Paraguai que gerou celeuma em julho de 2026.⁶⁴ Vale questionar, porém, o quanto da promessa de atuar de uma “forma criativa, inovadora e atenta as mudanças no Brasil e no mundo” do chanceler Mauro Vieira em seu discurso de posse se concretizou.⁶⁵ A política externa se desenvolve em mundo em que as balizas do multilateralismo, do direito internacional e da solução pacífica de controvérsias, tão caras à nossa PEB, perderam muito do efeito em particular depois do início do segundo mandato de Trump. O Brasil deve continuar defendendo a reforma da ordem mundial — e, em particular, das Nações Unidas, inclusive com a escolha, pela primeira vez, de uma mulher como Secretária-Geral —, mas talvez seja necessário repensar a publicação recorrente de notas oficiais que podem soar ingênuas diante de um cenário internacional cada vez mais marcado pela geopolítica e pelo poder duro.

Para Dawisson Belém Lopes se coloca no atual governo um “revisionismo brando da ordem global” e, comparando com como se deu a ascensão da Índia e da China na arena internacional, diz que “contesta-se (...) a ideia de que é possível subir a escadaria das relações internacionais sem perturbar os guardiões” (Lopes, 2024: p. 97). A seu ver, “o ‘gigante gentil’ sul-americano reclama assento à nessa alta e, ao mesmo tempo, promete seguir a boa etiqueta internacional” (Lopes, 2024). Para Maria Regina Soares de Lima e Diogo Ives (2024) não há uma Doutrina Amorim e sim o Brasil seguindo um consenso que tinha sido desviado nos anos Bolsonaro de busca pelo desenvolvimento e de diversificação de parcerias. O Oriente Médio teria ponto importante nesse sentido, com o Brasil mais próximo dos países árabes e do Irã por terem mais em comum do que com Israel sob Netanyahu que “investe em alianças de base ideológica, mais próprias de uma lógica de guerra” (Lima; Ives, 2024). Porém, vale pontuar que Israel adquiriu forte relevância política e simbólica entre os evangélicos brasileiros, ultrapassando o próprio governo Bolsonaro. A presença de símbolos israelenses em grandes mobilizações, como a Marcha para Jesus, demonstra a permanência dessa identificação e sua capacidade de pressionar políticos conservadores a se posicionarem favoravelmente a Israel. Não há dúvidas que a estratégia pessoal de Netanyahu tem sido a de *forever wars* para manter sua coalizão, desviar a atenção dos processos por corrupção que sofre e da incompetência em prever e conter o 7 de outubro, além de ser inegável o sofrimento palestino. Parece

64 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/07/30/o-que-foi-a-guerra-do-paraguai-e-por-que-a-fala-de-lula-tocou-em-trauma-do-conflito-mais-sangrento-da-america-do-sul.ghtml> Acesso em 7 ago 2026

65 Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exterores/mauro-luiz-iecker-vieira-discurso-posse-2023> Acesso em 5 ago 2026

ingênuo, porém, não levar em consideração que há profundos e violentos jogos de poder regionais sendo o Irã o eixo de um deles com largos impactos globais, mesmo na América do Sul onde dois atentados terroristas foram realizados em solo argentino e onde grupos de seu eixo se articulam com o crime organizado transnacional, em particular Hezbollah e PCC (Bergman, 2013; Azevedo, 2022). A Arábia Saudita, com quem compartilha o BRICS, é tão competidora do Irã quanto Israel, não sendo fortuito a esta buscar alianças com Turquia e Paquistão em agosto de 2026 – o Mecca Joint Defense Agreement - criando um “eixo sunita” com uma potência da OTAN reconhecida produtora de armamentos e a outra nuclear visando sua proteção.

Acrescentaríamos ainda a relevância de se atentar para a mudança de peso por que passa o Legislativo na política brasileira. O Congresso por conta das emendas parlamentares tem cada vez mais preponderância política, e temas internacionais lhes são cada vez mais caros por razões ideológicas, para contestar o Executivo, ou ainda por seus interesses federativos (Santiago: 2018). Conforme a Constituição, o Congresso compartilha da formulação de PEB com o Executivo em especial no que diz respeito “a adesão do país a tratados internacionais, principal manifestação de política externa de um país” (Fares, 2006: p. 24). Pode ainda convocar ou convidar o chanceler, fazer moção de apoio ou repúdio a acontecimento internacional que inste o MRE a tomar posição, além de atuar em comissões externas para acompanhar assunto no estrangeiro, sabatar novos embaixadores no senado e formar “grupo parlamentar internacional de intercâmbio entre parlamentares do Brasil e o de outro país a fim de estreitar a amizade dos países por meio de diálogos constantes entre seus parlamentos” (Fares, 2006: p. 26). Há uma tradição de insulamento burocrático do Itamaraty na tomada de decisão em PEB que merece ser contestada pelo Legislativo visando a democratização da política externa. Aliás, essa *accountability* também vem sendo justamente demandada pela sociedade civil – a proposta de criação do Conselho Nacional de Política Externa.⁶⁶ Necessitamos de pesquisa mais aprofundada sobre como os temas do Oriente Médio tem ganhado força na Câmara e no Senado, com o Congresso sendo mais explícito sobre estes como cerimônias de lembrança pelo 7 de outubro e exposições com temática de interesse à região.

Interessa reforçar aqui, porém, e indicar que essa é uma agenda de pesquisa que nos propomos a desenvolver no âmbito do “Observatório do Golfo”, que a aproximação do Brasil com os países da subregião revela um grau significativo de continuidade entre os governos Jair Bolsonaro e Lula, ainda que orientada por prioridades e narrativas distintas. Em vez de representar uma ruptura, a política de Lula aprofundou e, em alguns casos, deu continuidade a iniciativas iniciadas na administração anterior, como ilustram as negociações envolvendo a Refinaria de

⁶⁶ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-sociedade-civil-e-a-politica-externa-brasileira/> Acesso em 7 ago 2026

Mataripe, cuja venda ao fundo Mubadala ocorreu durante o governo Bolsonaro e cujo eventual retorno ao controle da Petrobras passou a ser discutido sob Lula em diálogo com os próprios parceiros emiradenses. Essa continuidade sugere que, diferentemente das relações brasileiras com Israel, Líbano e Irã — frequentemente marcadas por maior polarização política e sensibilidade diplomática em razão dos conflitos regionais —, o Golfo parece consolidar-se como um espaço de convergência pragmática na PEB. Nesse contexto, fatores estruturais, como o potencial de investimentos dos fundos soberanos, a complementaridade econômica, a segurança energética e alimentar e o crescente peso geopolítico das monarquias do Golfo, têm prevalecido sobre diferenças ideológicas, conferindo maior estabilidade e previsibilidade ao relacionamento bilateral entre diferentes governos brasileiros.

Recebido para publicação em 9 de agosto de 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política externa de Lula 3. In: CEBRI-Revista, julho de 2026. Link: <https://cebri.org/revista/br/artigo/280/a-politica-externa-de-lula-3>

AZEVEDO, Christian Vianna de. Locating the Crime-Terror Nexus in the Terrorist Activity Cycle: the Case of Hezbollah and FARC. Belo Horizonte, PUC-MG, 2022. Tese de Doutorado

BERCITO, Diogo. Brimos: imigração sírio-libanesa no Brasil e seu caminho até a política. São Paulo: Fósforo, 2021.

BERGMAN, Ronen. The secret war with Iran. London: Oneworld, 2013

FARES, Seme Taleb. Democratização da Política Externa Brasileira: o papel do Legislativo. Meridiano 47, 2006.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; FERNANDES, Ivan Flípe. Brazilian Public Opinion and the word. CEBRI, 2024. Link: <https://cebri.org/en/doc/343/brazilian-public-opinion-and-the-world>

LIMA, Maria Regina Soares de; IVES, Diogo. O dilema de Lula na condução de uma política externa transversal. In: Le Monde Diplomatique Brasil, 28/2/2024. Link: <https://diplomatique.org.br/dilema-lula-politica-externa-transversal/>

LOPES, Dawisson Belém. A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (9), Jan-Mar 2024, 81-102.

SANTIAGO, Rodrigo. Ideologia explica tudo? O embate no legislativo brasileiro em matérias de política externa. Carta Internacional, vol. 13, no. 2, 2018.

SOCHACZEWSKI, Monique; NOTARI, Maria Helena (2024). As vítimas brasileiras dos ataques terroristas do Hamas de 7 de outubro de 2023. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (10), 126–143

Guerras invisibilizadas na África: a crise humanitária no Sudão e na República Democrática do Congo

Débora Bedim Loures¹

Nicole Ribeiro Neves²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o fenômeno dos chamados conflitos armados invisibilizados na África, a partir das crises humanitárias no Sudão e na República Democrática do Congo (RDC). O trabalho utiliza o conceito de conflito invisibilizado, desenvolvido por Virgil Hawkins, para compreender por que determinadas guerras recebem menor atenção política, midiática e humanitária, apesar da gravidade de suas consequências. Segundo essa perspectiva, a atenção internacional é influenciada por fatores como interesses nacionais e políticos, proximidade geográfica, identificação cultural, capacidade de gerar empatia, simplicidade narrativa e sensacionalismo. Metodologicamente, o artigo realiza uma pesquisa exploratória sobre o assunto, considerando a conjuntura político-securitária, midiática, o engajamento diplomático e a distribuição de recursos humanitários no Sudão e na RDC. Os resultados indicam que, embora ambos os conflitos sejam acompanhados por organizações internacionais e produzam graves consequências humanitárias, sua presença na agenda internacional permanece desproporcional à magnitude das crises.

Palavras-chave: Conflitos Invisibilizados; Política Internacional; África; RDC; Sudão.

Introdução

Os conflitos armados continuam a representar um dos principais desafios à segurança internacional e à proteção das populações civis. De acordo com dados divulgados pelo Institute for Economics and Peace (IEP), 2026 se consolida como o ano com maior número de conflitos estatais ativos ao redor do mundo, totalizando 61 conflitos, sendo o número mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial. O período também marca o décimo ano consecutivo

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM). Atualmente é pesquisadora do NEAAPE e LabPOP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432628581429940>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3831-4817>. E-mail: dbedimloures@hotmail.com

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Mestre em Ciências Militares pelo PPGCM/ECEME. Bolsista CAPES/Pró-Defesa V. Pesquisadora no Laboratório de Pesquisa em Operações de Paz (LABPOP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8221137635426527>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4302-0429>. E-mail: nicoleneves.eceme@gmail.com

do aumento de gastos militares em escala global (IEP, 2026, p.2-5). Segundo dados do think tank, o número de países envolvidos em uns conflitos externos também aumentou, alcançando 103 em 2026, em comparação com 59 em 2008. A guerra civil no Sudão, a guerra na Ucrânia e os dozes dias de intenso confronto entre Israel, Estados Unidos (EUA) e Irã contribuíram para esse cenário, evidenciando o processo crescente de fragilização e militarização do sistema internacional (IPE, 2026).

Apesar disso, a atenção dedicada pela comunidade internacional a esses conflitos não ocorre de forma igualitária. Enquanto determinadas guerras, como a Guerra entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e seus vizinhos, mobilizam intensa cobertura midiática, amplo engajamento diplomático e significativa assistência humanitária, outras permanecem relativamente invisíveis, apesar de produzirem elevados índices de mortalidade, deslocamento forçado e instabilidade política (Konečná, 2024; Leake, 2026).

Diversos autores argumentam que os conflitos armados que são mais negligenciados pela comunidade internacional concentram-se no continente africano (Konečná, 2024). Segundo Konečná, esses conflitos recebem pouca atenção de atores como: a mídia, a academia e os tomadores de decisão política ignoram os conflitos, apesar de o continente concentrar cerca de 88% das vítimas de conflitos armados em todo o mundo (Konečná, 2024). O Norwegian Refugee Council (NRC) (2026), think tank responsável por listar crises de deslocamento mais negligenciadas do mundo, afirma que é necessária uma catástrofe de grandes proporções para que essas crises despertem a atenção da comunidade internacional. Em 2025, o ranking dos 10 maiores países lidando com essas crises apresentava 5 países do continente africano: Sudão, República Democrática do Congo, Camarões, Nigéria e Moçambique, em ordem. Outros países listados se dividem nos continentes latino-americano (Colômbia, Equador e Honduras) e Oriente Médio (Iêmen e Afeganistão).

É nesse contexto que surge o conceito de conflitos invisibilizados, utilizado para descrever aqueles conflitos armados prolongados e com graves consequências humanitárias, que, porém, recebem pouca atenção midiática, política e da própria comunidade internacional (Konečná, 2024). É importante perceber que o “esquecimento” não está ligado ao conceito de violência, mas sim à limitada visibilidade política e midiática desses conflitos, resultando em pouca mobilização de recursos e soluções diplomáticas (Konečná, 2024). A discussão teórica sobre tipologias dos conflitos e sua definição é ampla e complexa. Para este artigo, entretanto, não se busca esgotar a discussão sobre o conceito de conflitos invisibilizados, mas sim utilizá-lo como base teórica para analisar o cenário das guerras no Sudão e na RDC.

Diante deste cenário, este artigo busca analisar os conflitos esquecidos na África, dando destaque à República Democrática do Congo (RDC) e ao Sudão, por serem os dois primeiros países com as maiores crises de deslocamento negligenciadas no mundo, segundo o NRC. Este artigo conta com uma introdução

e considerações finais, além de uma seção trazendo uma contribuição teórica sobre conflitos esquecidos e duas seções tratando do Sudão e da República Democrática do Congo (RDC).

Conflitos Invisibilizados: conceito e critérios de análise

O próprio conceito de conflitos invisibilizados não é consenso para estudiosos da área. Muitos utilizam o termo como guerras esquecidas (*forgotten wars*), ou conflitos esquecidos (*forgotten conflicts*), para descrever o fenômeno de negligência sobre determinados conflitos armados atuais. Para Konečná (2024), por exemplo, essa terminologia é considerada inadequada por frequentemente ser empregada na definição de “conflitos contemporâneos que chegaram a algum tipo de desfecho, seja por meio de cessar-fogo, acordos de paz ou vitórias militares, e que posteriormente deixaram de ser lembrados ou discutidos ativamente” (2024, p.190). Outros pesquisadores como Darcy e Hofmann (2003 apud Konečná, 2024) já utilizam o termo “conflitos esquecidos” para caracterizar aqueles que foram ignorados pela comunidade internacional ou que, ao longo do tempo, foram gradualmente deixados de lado. Por sua vez, Hawkins (2016) contribui para a área, acrescentando uma nova terminologia denominada “conflitos silenciosos” ou “invisibilizados”. Para o autor, um conflito invisibilizado remete aos processos de negligência, isto é, a perda de interesse da comunidade internacional, mesmo que o conflito esteja sofrendo com intensa violência.

Hawkins (2008) associa a atenção (ou falta de) dada a conflitos específicos à formação de agenda de determinados atores, como os tomadores de decisão, mídia, opinião pública e a academia. Para o autor, os atores tendem a concentrar atenção de forma coletiva em determinados conflitos em um determinado tempo, isto é, as agendas convergem de modo que os conflitos despertam atenção em escala internacional. Quando não há conflitos que concentrem esse tipo de atenção, as agendas são dispersas e suas prioridades tornam-se diferentes, até acontecer novamente o interesse coletivo a um conflito armado, “fazendo com que os atores tenham sua atenção cada vez mais ‘atraída’ para um conflito específico” (2008, p.33). Nesse sentido, tomadores de decisão passam a fazer declarações sobre o conflito com frequência, pressionando a solução do conflito em espaços multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Diferentes veículos de imprensa encaminham repórteres e equipes de filmagem para aumentar o tempo de cobertura sobre o tema, o que, por sua vez, gera cada vez mais conhecimento pela sociedade sobre o conflito, se expressando de forma - privada ou pública - em preocupação e indignação com o acontecimento. Ao mesmo tempo, organizações não-governamentais intensificam seu apoio humanitário no ambiente e os acadêmicos são requisitados para apresentar suas

interpretações sobre o contexto político e na reflexão dos cenários futuros (Hawkins, 2008).

O autor classifica esse tipo de conflito como os “escolhidos” (*chosen conflicts*), e afirma que a concentração de atenção em um único conflito em detrimento de outros, está ligada aos interesses nacionais (estratégicos, políticos ou econômicos), raciais, étnicos ou religiosos entre o observador e a vítima (Hawkins, 2008). Além disso, a dimensão humanitária perde peso nessa escolha, uma vez que “a magnitude das necessidades humanitárias não constitui o principal fator determinante a distribuição de atenção” (Hawkins, 2008, p.34). Como conflitos invisibilizados, Hawkins (2008), afirma que o conceito se refere “àqueles que não atraem atenção ou resposta do mundo exterior” (2008, p.35). Logo, ressalta ações de ocultação, ignorância, minimização dos atores externos que possuem a capacidade de responder ao conflito, ou pelo menos reconhecer sua existência e seus efeitos (Hawkin, 2008).

Assim sendo, entende-se que esses conflitos são “deliberadamente privados de atenção, e de resposta; isto é, não agir diante deles atende aos interesses daqueles que estão em posição de responder” (Hawkins, 2008, p. 35), avançando como conflitos invisibilizados, aquém da atenção internacional. Para os tomadores de decisão, deixar um conflito invisibilizado decorre da proteção de aliados e de interesses estratégicos, políticos ou econômicos; por sua vez, a mídia reconhece que determinados conflitos não despertam interesse jornalístico ou não apresenta uma boa aceitação como notícia. A opinião pública e a academia, reforçam esse tipo de comportamento, já que se depende da grande mídia para ter conhecimento e informações sobre o cenário internacional. Hawkins (2008) reforça que os conflitos invisibilizados tornam-se assim não por acidente, mas sim por uma ação deliberada (racional e consciente) dos atores-chaves do cenário. Outro fator destacado pelo autor, é que diferente daqueles conflitos escolhidos, as causas das mortes das vítimas são consideradas silenciosas. Isto é, “a morte não é causada por tiroteio e explosões, mas sim por fome e/ou doenças que poderiam ser prevenidas e tratadas” (Hawkins, 2008, p. 35).

A partir do conceito de conflitos invisibilizados, Hawkins (2016) destrincha seis fatores principais que determinam se os autores-chave (tomadores de decisão, mídia, opinião pública e academia) respondem a um conflito internacional. O primeiro fator é o interesse nacional/ político, abrangendo preocupações estratégicas, militares e econômicas. O segundo é a proximidade geográfica e o acesso, isto é, quanto mais próximo do Estado, especialmente se for um país vizinho, mais fácil será para que um conflito atraia sua atenção; o terceiro fator é a proximidade sociocultural, que depende de semelhanças presentes entre os dois países em termos culturais, religiosos, étnicos e históricos. O quarto é a capacidade de estabelecer empatia com as vítimas do conflito, especialmente quando se cria a noção do “vilão” e “vítimas, inocente e indefesa”. O quinto tópico

refere-se à simplicidade, isto é, quanto mais difícil for para o público entender o conflito, maior será a probabilidade de que ele consiga manter a atenção de diferentes atores. Por fim, o sensacionalismo exerce influência sobre a atenção dada aos conflitos armados. Conflitos marcados por acontecimentos dramáticos e sensacionais - como explosões, sequestros e ataques inesperados em áreas pacíficas - apresentam maior probabilidade de atrair atenção (Hawkins, 2016, p.267-275).

Para este artigo, como forma de delimitação, esses fatores serão analisados a partir da perspectiva dos tomadores de decisão, mídia e da opinião pública. Não será analisado o meio acadêmico como um ator influenciador dessa invisibilização, por conta do espaço limitado.

República Democrática do Congo (RDC)

A República Democrática do Congo (RDC), concentra uma das maiores emergências humanitárias do mundo, somando mais de sete milhões de deslocados internos, sendo 4,3 milhões nas províncias de Kivu desde o ressurgimento do M23, em 2024 (African Center, 2026). Em 2025, o grupo armado, apoiado por Ruanda, logrou êxito na tomada de Goma e Bukavu, capitais de Kivu do Norte e do Sul, respectivamente. Assolados por mais de três décadas de conflitos armados, os congoleses ainda foram alvos de mais de noventa mil casos de violência sexual e, mais recentemente, de um surto de ebola no leste do país (NRC, 2026). As ofensivas dos grupos armados continuam em escala crítica, alterando constantemente a situação no terreno; a tomada de Uvira, cidade fronteiriça com o Burundi, em dezembro de 2025 é um exemplo disso (Amani Africa, 2025).

Figura 1 – Regiões (coloridas em laranja) tomadas pelo Movimento 23 de Março (M23), incluindo Uvira.



Fonte: Reproduzido de Amani Africa (2025)

A conjuntura congolese não é recente, nem desprovida de atores e interesses claramente identificáveis, ao contrário, trata-se de um conflito marcado pela presença de múltiplos atores nacionais, regionais e internacionais, cuja mobilização não se traduziu em resolução efetiva do problema. As raízes da guerra na RDC remontam ao transbordamento do genocídio ruandês de 1994 e às duas Guerras do Congo (1996-1997 e 1988-2003), esta última sendo um dos conflitos mais letais da história mundial com estimativas de três a cinco milhões de mortos (IRC, 2008). Três décadas depois, o conflito segue em andamento, mesmo com a presença da Organização das Nações Unidas desde 1999, por meio de operações de paz de longa duração; a elas somam-se mais de cento e vinte grupos armados e cadeias globais que operam em torno do coltan, minério do qual a RDC responde por 15% a 30% da oferta mundial. É esse o paradoxo que o caso congolês expõe: uma presença internacional ininterrupta há mais de duas décadas convive com uma guerra que não se encerra e, pelo contrário, se agrava, deteriorando a situação de segurança e estabilidade na região. O problema, portanto, não é a ausência de atenção aos conflitos, mas a seletividade aplicada a eles com base nos interesses externos envolvidos.

A chamada guerra sem fim, mesmo diante da magnitude das questões securitárias e humanitárias envolvidas e recentemente escaladas, não encontra espaço de atenção no sistema internacional, em termos político-diplomáticos, econômicos e midiáticos; ao contrário, tem sido gerenciada pela invisibilidade. Essa dinâmica não é dissociada da trajetória histórica de marginalização do continente africano nas agendas internacionais, cujas raízes também remontam às experiências coloniais e em formas posteriores de hierarquização das crises e dos conflitos. Nesse sentido, a persistente sub-representação da dimensão da crise congolese no tabuleiro internacional contribui para sua manutenção em uma posição periférica na agenda global.

No que diz respeito à atenção midiática, a seletividade determina o que deve ou não ser acompanhado. Hawkins (2011) afirma que a cobertura da mídia é um fator relevante para compreender se um conflito pode ou não ser classificado como invisível (*stealth conflict*). Isso importa porque ela tem a capacidade de influenciar a percepção pública e a resposta internacional aos conflitos armados, de modo que, os custos de sua ausência produzem o efeito inverso. Konečná (2024) ajuda a compreender por que a RDC escapa ao enquadramento. De acordo com a autora, a simplicidade narrativa é a condição da visibilidade, e a guerra congolese, marcada pela presença de dezenas de grupos armados, disputas sobrepostas e operações de paz, é o exato oposto disso. Por essa razão, a RDC foi classificada, pelo décimo ano consecutivo, entre as crises de deslocamento mais negligenciadas do mundo (NRC, 2026). A baixa identificação e a ausência de interesse nacional declarado que Hawkins (2008) associa à invisibilização se tornam relevantes pois sustentam-se em uma narrativa colonial persistente que reduz a África à fome, às doenças e às guerras (Autesserre, 2012). Essa moldura distancia a comunidade ocidental de estabelecer identificação com o povo congolês e desonera os tomadores de decisão de tratar o conflito como prioridade

estratégica, o fazendo somente quando os conflitos afetam de forma declarada os interesses das potências ocidentais.

A distinção entre presença e prioridade torna-se nítida ao se observar o critério político-diplomático. A intervenção no território congolês fracassou por ignorar as dinâmicas locais do conflito (Autesserre, 2010). Evidentemente, a responsabilidade dessa conjuntura não recai apenas sobre os construtores internacionais da paz, mas também sobre atores africanos, como os congolese, ruandeses, ugandenses e burundianos. Apesar disso, como afirma Autesserre (2010, p. 12), atores externos desfrutam de influência sem precedentes sobre os assuntos congolese. As Nações Unidas mantêm no país uma das maiores missões de paz já desdobradas, em termos de temporalidade e financiamento. Sucessivos acordos de paz foram negociados, mas nenhum foi capaz de encerrar o conflito: Lusaka (1999), Sun City (2002), o Acordo Global e Inclusivo (2002), os processos de Goma (2008), Nairóbi e Luanda (2022) e, enfim, Washington e Doha (2025). Essa recorrência não contradiz a tese da invisibilização, mas ao contrário, expõe seu mecanismo. O engajamento diplomático, quando não alinhado à priorização política na agenda internacional, tende a traduzir-se em acordos sucessivos sem recursos ou monitoramento capazes de garantir seu cumprimento. O acordo de Washington, assinado sob mediação norte-americana em dezembro de 2025, foi seguido da queda de Uvira ao M23, e lido por analistas menos como a tentativa de resolução do conflito, mas como um instrumento de acesso a recursos minerais (Baskaran, Schwartz, 2025; Bolopion, Montjoye, 2026).

No âmbito do financiamento humanitário, a insuficiência é igualmente crônica e está automaticamente vinculada à prioridade política dos doadores, e não necessariamente associada à gravidade do conflito ou aos impactos que ele pode gerar na estabilidade do sistema internacional (Narang, 2016). Um dos fatores mais consistentes na alocação de recursos é a cobertura midiática, que representa a tradução orçamentária da invisibilização. A RDC confirma essa lógica em escala longitudinal, ao passo que figura, pelo décimo ano consecutivo, entre as piores crises de deslocamento mais negligenciadas do planeta, recebendo, em 2025, apenas 27,4% dos recursos requeridos pelo plano de resposta humanitária (NRC, 2026). O porta-voz adjunto do Secretário-Geral da ONU advertiu que a escalada em Kivu do Sul ameaça desencadear uma “conflagração regional mais ampla” (Organização das Nações Unidas, 2025); o diagnóstico não se converte em visibilidade, nem sequer em alocação de recursos.

Apesar da invisibilização do conflito na comunidade internacional, há um movimento contrário no país. Kinshasa tenta continuamente internacionalizar o conflito, assumindo um papel ativo na política internacional para negociar acesso aos minerais em troca de garantias de segurança, convertendo sua conjuntura em moeda diplomática (Al Jazeera, 2025). Ao ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança no biênio 2026-27, pela primeira vez em mais de três décadas, o governo tem esperança de manter a crise entre os principais temas da agenda do Conselho. O ciclo de engajamento político-diplomático, visualizado em

2025, expõe como o engajamento se adensa a partir de interesses particulares. Os Estados Unidos, por exemplo, se empenharam no conflito após a oferta de acesso a recursos minerais, em troca de segurança e, como resultado, meses depois, foi vinculada à Declaração de Princípios, estabelecendo a cooperação de investidores norte-americanos no país (Estados Unidos, 2025).

A RDC é, portanto, um caso excepcional que distingue o esquecimento da invisibilização: não é uma guerra que o mundo desconhece, mas uma guerra que, em trinta anos de presença internacional, não recebeu o reconhecimento necessário para se tornar uma prioridade. A atenção internacional que é dirigida ao país concentra-se em janelas breves e pouco perenes, ativadas menos pela magnitude da crise humanitária do que pela convergência de interesses externos, como o acesso a recursos minerais. Ainda nestes episódios, o engajamento é direcionado a assegurar que os interesses externos sejam atendidos, e não para sustentar a resolução do conflito, ou a proteção da população civil (Baskaran; Schwartz, 2025; Bolopion, Montjoye, 2026).

Sudão

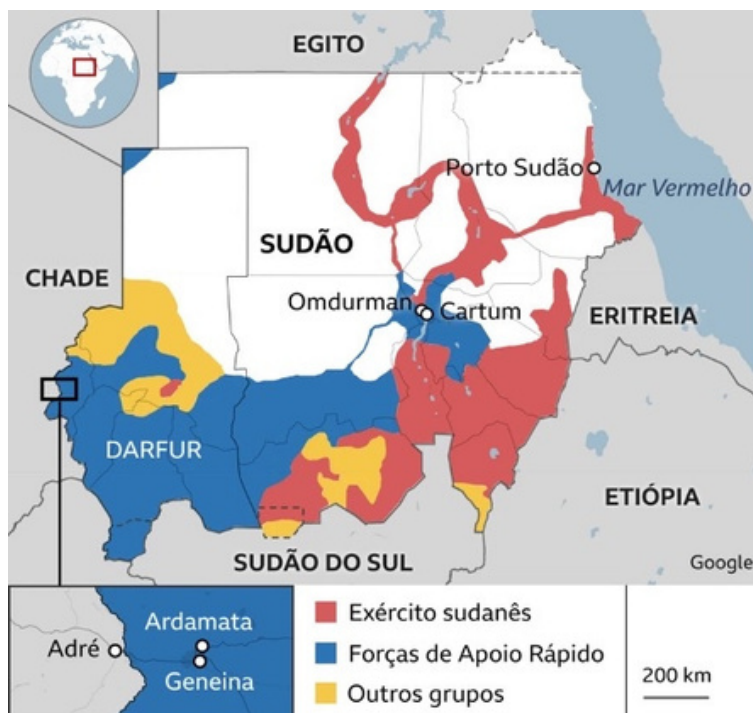
A nova guerra civil no Sudão teve início em abril de 2023, a partir da disputa pelo poder entre o Exército Sudanês (*Sudanese Armed Forces* - SAF), comandadas pelo general Abdel Fattah al-Burhan, e as Forças de Apoio Rápido (*Rapid Support Forces* -RSF), grupo paramilitar liderado por Mohamed Hamdan Dagalo. O contexto da disputa iniciou-se com o fracasso da transição política após a queda de Omar al-Bashir e com a insatisfação na incorporação da RSF às Forças Armadas (The Soufan Center, 2026).

Atualmente os focos do conflito estão sobre as regiões de Darfur do Norte e na região localizada no centro do Sudão, conhecida como Kordofan. No final de 2025 e início de 2026, as RSF obtiveram ganhos estratégicos ao tomar a cidade de El Fasher, último reduto da SAF em Darfur e, portanto, favorecendo a ascensão da RSF como o ator dominante do conflito sudanês (The Soufan Center, 2026). Após a tomada da cidade de El Fasher, as forças organizaram um cerco de 18 meses na região, causando sérios problemas de fome, desnutrição e provocou um dos maiores deslocamentos de sudaneses para outros países como Líbia, Sudão do Sul, Chade, Egito e outros países africanos (NRC, 2026). Além disso, há uma grande preocupação com as violações dos direitos humanos e com os crimes que vêm sendo cometidos contra civis na região. Esse cenário já foi denunciado pela ONU e por outras organizações de direitos humanos (The Soufan Center, 2026).

Kordofan representa uma importante área estratégica para a RSF, uma vez que permitirá conectar o território de Darfur a Cartum, a capital do Sudão, e ter o controle de acesso ao Mar Vermelho. É importante esclarecer que Cartum permanece sob domínio da SAF e a RSF estabeleceu seu próprio governo paralelo em seus territórios dominados (The Soufan Center, 2026). Foi constatado

o uso de drones nas operações das duas forças. A RSF conta com o apoio do Movimento de Libertação do Povo do Sudão- Norte (SPLM-N), que atuam na região e realizaram bloqueios na cidade. Segundo The Soufan Center (2026), a SAF foi capaz de romper esses bloqueios por meio de bombardeios com drones.

Figura 2 - Panorama atual do conflito no Sudão (2024)



Fonte: BBC News (2024)

Os dois lados da guerra civil apresentam financiadores e apoiadores externos. Estima-se que a RSF apresenta relações estreitas com os Emirados Árabes Unidos (EAU), onde grande parte de seu apoio chega pela Líbia, Uganda, Quênia e Sudão do Sul. É a partir do contrabando de ouro, comercializado nos EAU, que a Força de Apoio Rápido obtém armas e opera como uma entidade independente. Por sua vez, a SAF tem como principal investidor o Egito, que lhe oferece respaldo político, além de apoio logístico e técnico (The Soufan Center, 2026). O autofinanciamento torna a guerra do Sudão cada vez mais difícil de alcançar uma solução política-diplomática (IPE, 2026). Apesar disso, em 2025, os EUA tentaram negociar o fim da guerra, apresentando medidas para reduzir a escalada do conflito. Entretanto, em 2026, a tentativa de resolver a guerra por meios diplomáticos praticamente foi esgotada devido ao redirecionamento da atenção do governo Trump para a guerra contra o Irã (The Soufan Center, 2026).

Em abril de 2026, quando a guerra atingiu o marco de três anos sem nenhuma solução à vista, foi organizada em Berlim, na Alemanha, a Conferência Internacional sobre o Sudão. Essa foi a terceira reunião organizada por potências

européias, sendo a primeira realizada em Paris (2024) e Londres (2025), para tentar mobilizar recursos para a resposta humanitária e impulsionar os esforços diplomáticos para alcançar um cessar-fogo. Participaram 55 Estados, além de organizações regionais e internacionais, agências da ONU, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, ONGs e a população civil sudanesa. Apesar da mobilização de mais de 1,5 bilhão de euros em assistência humanitária, em termos político-diplomáticos as movimentações foram limitadas, especialmente pelas partes do conflito não estarem diretamente envolvidas na conferência (Federal Foreign Office, 2026).

Segundo Townsend (2026), a falta de esforços e de urgência para a redução da catástrofe sudanesa foram criticados pela ONU, demonstrando como a guerra ainda é encarada com baixa prioridade na agenda política internacional. Denise Brown, coordenadora humanitária da ONU no Sudão, afirma: *“parece-me que todas as conversas sobre o Sudão giram em torno da crise humanitária. Por que não concentrar os esforços na busca de uma solução para pôr fim à guerra?”* (Townsend, 2026). Essa dinâmica é relevante para compreender o Sudão como um conflito invisibilizado, uma vez que a marginalização não implica na ausência absoluta de atenção, mas sim a existência de uma atenção seletiva e desproporcional mediante à crise e a violência encontradas no território.

Além disso, a guerra do Sudão é considerada uma das maiores crises humanitárias atuais, sendo chamada pela mídia ocidental de “crise abandonada” (NRC, 2026). A guerra civil no país já provocou o deslocamento interno de mais de 12 milhões de pessoas (IPE, 2026), e é agravada pela atuação de atores externos e pela presença de economias ilícitas, causas diretas do agravamento do conflito. A ONU continua alertando para o quadro de fome que assola o território sudanês, onde 18 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar aguda. A dimensão da crise também pode ser observada entre a população infantil: a UNICEF constatou que 53% das crianças apresentam desnutrição aguda, índice três vezes superior ao limite de emergência imposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Mishra, 2025).

Apesar da magnitude da crise, sua circulação no espaço midiático internacional permanece limitada. Segundo Kamiya e Qavane (2025), “o sofrimento do Sudão não se adapta à lógica algorítmica, isto é, não possui o caráter de tragédia imediata e facilmente consumível de um terremoto repentino”. Essa baixa visibilidade também está relacionada às próprias condições de produção e circulação de informações sobre a guerra. Para Kurtz (2024) a dificuldade de acesso ao território, os riscos enfrentados por jornalistas e trabalhadores humanitários e a ausência de imagens e informações provenientes das áreas de combate contribuem para a invisibilização do conflito. Nesse sentido, a dificuldade de cobertura midiática sobre o conflito não decorre apenas da menor disposição dos veículos de imprensa internacional, mas também de obstáculos concretos à produção de reportagens dentro do próprio Sudão.

O país tornou-se um dos ambientes mais perigosos para os jornalistas, tendo mais de 16 pessoas mortas do meio jornalístico; mais de 7 jornalistas desapare-

-cidos, isto é, sequestrados, detidos ou desapareceram em momentos-chaves do conflito; além disso, aumentaram os casos de prisões e assédio jurídico enquanto realizavam reportagens, sendo acusados de colaborar com forças opositoras ou de se passarem por jornalistas; casos de assédio sexual, fome, violações dos direitos humanos são utilizados contra jornalistas no país africano. O uso desses mecanismos permite que ambos os lados do conflito controlem as narrativas sobre a guerra, censurem diversas fontes de notícias, limitem as informações que podem ser divulgadas e influenciam a percepção pública por meio de intimidação e detenções (CPJ, 2026). Logo, entende-se que a própria restrição à liberdade de imprensa constitui um elemento que fomenta a invisibilização do conflito.

É importante perceber a terminologia como a guerra do Sudão é caracterizada. Uma “crise abandonada” ou uma “guerra esquecida” representa que a falta de atenção é algo acidental, sem sujeito responsável pelo fato. Entretanto, a partir do marco teórico apresentado, se evidencia que a crise se aprofunda a partir de ações deliberadas de diferentes atores (internos e externos), bem como da própria mídia e da opinião pública. A ONU produz declarações políticas de alto nível sobre a situação no Sudão, enquanto veículos internacionais realizam, ainda que de maneira esporádica, reportagens sobre a deterioração do conflito. Contudo, a atenção dedicada ao país permanece marginal quando comparada àquela direcionada a conflitos como a guerra na Ucrânia e a guerra em Gaza (Kurtz, 2024).

Nesse sentido, o caso sudanês permite observar o fenômeno descrito no artigo como conflitos invisibilizados, no qual a existência de numerosos conflitos armados e a magnitude da crise, não implica que todos recebam atenção equivalente dos atores responsáveis pela definição das prioridades na agenda internacional, da mídia e da opinião pública, logo, tornando a distribuição da atenção internacional desigual.

Considerações Finais

Esse artigo analisou o fenômeno dos conflitos armados invisibilizados a partir da análise dos casos da República Democrática do Congo (RDC) e do Sudão, considerando três critérios na análise: atenção midiática, engajamento político-diplomático e distribuição de recursos humanitários. A análise demonstra que a invisibilização não deve ser compreendida como a ausência absoluta de conhecimento sobre o problema, ou de atuação internacional no local, mas sim como um processo de atenção seletiva, onde as respostas de atores externos permanecem desproporcional à magnitude da crise, da violência e das necessidades humanitárias produzidas no país.

A perspectiva de Hawkins (2008) permite compreender que a atenção internacional não é determinada exclusivamente pela gravidade de uma crise. Fatores como interesses nacionais e proximidade geográfica, possibilidade de

gerar empatia, simplicidade e sensacionalismo influenciam a formação das prioridades dos governos, meios de comunicação e da opinião pública. Nesse sentido, os dois casos analisados evidenciaram que a existência de uma crise prolongada e de graves consequências humanitárias, por si só, não asseguram que um conflito ocupe uma posição prioritária na agenda internacional.

Na RDC, a invisibilização manifesta-se de maneira particularmente evidente em razão da longevidade da crise, que se torna cada vez mais latente. Apesar de décadas de presença internacional, incluindo operações de paz das Nações Unidas, sucessivos processos diplomáticos e de figurar uma das maiores emergências humanitárias do mundo, o conflito permanece distante de uma resposta internacional proporcional a sua magnitude. Diversos fatores influenciam este cenário, como a complexidade de atores envolvidos, as disputas locais e dinâmicas regionais que dificultam a construção de uma narrativa simples capaz de mobilizar atenção, além dos interesses externos que não são constantemente aplicados ao país, pelo contrário, a mobilização internacional tende a se intensificar somente quando interesses estratégicos e econômicos externos são diretamente afetados.

No Sudão, por outro lado, há uma guerra relativamente recente quando comparado a RDC. É marcada por severas restrições de acesso jornalístico e de organizações humanitárias, dificultando a circulação de imagens e informações e, conseqüentemente, a competição com outras crises na agenda internacional. Apesar das graves violações de direitos humanos, e crimes cometidos contra a população civil, a resposta internacional é insuficiente para responder à violência e ao deslocamento populacional crescente. A guerra é cada vez mais latente, mas é, da mesma maneira, cada vez mais invisibilizada e abandonada.

A comparação entre os dois casos reforça que a invisibilização não equivale ao desconhecimento. Tanto a RDC quanto o Sudão recebem organizações internacionais, organizações humanitárias e, de formas assimetrias, meios de comunicação. O que caracteriza a invisibilização é a distância entre a magnitude das crises e o nível de atenção e resposta mobilizados internacionalmente para solucionar o problema. Sendo assim, trata-se de conflitos submetidos a mecanismos seletivos de priorização, que prolongam a guerra e auxiliam a ampliar a insegurança no continente africano. Por fim, destaca-se que não é o objetivo esgotar os fatos que explicam a distribuição desigual da atenção internacional e da invisibilização dos conflitos.

Recebido para publicação em 13 de agosto de 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. Beyond M23: addressing the underlying drivers of the DRC conflict. Washington, D.C., 2026. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/drc-congo-conflict-drivers-beyond-m23/>.

AMANI AFRICA. Ministerial session on the situation in the DRC. 27 dez. 2025. Disponível em: <https://amaniafrica-et.org/ministerial-session-on-the-situation-in-the-drc/>.

AUTESSEERRE, Séverine. The trouble with the Congo: local violence and the failure of international peacebuilding. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

AUTESSEERRE, Séverine. Dangerous tales: dominant narratives on the Congo and their unintended consequences. African Affairs, v. 111, n. 443, p. 202-222, 2012. DOI: 10.1093/afraf/adr080.

BBC NEWS. 'Tem 150 pessoas enterradas aqui, e conhecia quase todas. Só eu sobrei': o inferno da guerra esquecida no Sudão. 21 março de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cl7rk258z5po> Acesso em 9 de agosto de 2026.

BASKARAN, Gracelin; SCHWARTZ, Meredith. What to know about the signed U.S.-Ukraine minerals deal. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 1 maio 2025. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/what-know-about-signed-us-ukraine-minerals-deal>. Acesso em: 13 ago. 2026.

BOLOPION, Philippe; MONTJOYE, Clémentine de. Trump declared peace in Congo. This is the reality. Nova York: Human Rights Watch, 17 jun. 2026. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2026/06/17/trump-declared-peace-in-congo-this-is-the-reality>. Acesso em: 13 ago. 2026.

COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS (CPJ). Sudan's 3 years of war, impunity, and the silencing of the press. abril de 2026. Disponível em: <https://cpj.org/2026/04/sudans-3-years-of-war-impunity-and-the-silencing-of-the-press/> Acesso em 13 de agosto de 2026.

ESTADOS UNIDOS. Department of State. Declaration of Principles. Washington, D.C., 25 abr. 2025. Disponível em: <https://www.state.gov/releases/bureau-of-african-affairs/2025/04/declaration-of-principles>.

FEDERAL FOREIGN OFFICE. Co-Host Communiqué - International Sudan Conference Berlin. 15 de abril de 2026. Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/international-sudan-conference-berlin-2766850> Acesso em 11 de agosto de 2026.

HAWKINS, Virgil. *Stealth Conflicts: How the World's Worst Violence is Ignored*. Routledge, New York. 2008.

_____. Media selectivity and the other side of the CNN effect: the consequences of not paying attention to conflict. *Media, War & Conflict*, v. 4, n. 1, p. 55-68, 2011. DOI: 10.1177/1750635210396126.

_____. *Stealth Conflicts: How the World's Worst Violence is Ignored*. Routledge, New York. 2016.

INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE. *Mortality in the Democratic Republic of Congo: an ongoing crisis*. Nova York: International Rescue Committee, 2008. Disponível em: <https://www.rescue.org/report/mortality-democratic-republic-congo-ongoing-crisis>.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE (IEP). *Global Peace Index 2026: Identifying and measuring the factors that drive peace*. Sydney, Junho de 2026. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2026/06/Global-Peace-Index-2026-Report.pdf> Acesso em 13 de agosto de 2026.

KAMIYA, Nksona Sithole; QAVANE, Nkosazana. *Dead Bodies Don't Trend: The invisible wars of Congo and Sudan*. Modern Diplomacy. 2025. Disponível em: https://moderndiplomacy.eu/2025/06/08/dead-bodies-dont-trend-the-invisible-wars-of-congo-and-sudan/?utm_source. Acesso em 10 de agosto de 2026.

KONEČNÁ, Lucie. *Stealth conflicts: unpacking the causes of underreported and invisible wars*. *Journal of Regional Security*, v. 19, n. 2, p. 185-206, 2024. DOI: 10.5937/jrs19-54950.

KURTZ, Gerrit. *How (not) to talk about the war in Sudan*. Megatrend Afrika. 2024. Disponível em: <https://www.megatrends-afrika.de/publikation/mta-spotlight-30-how-not-to-talk-about-the-war-in-sudan> Acesso em 10 de agosto de 2026.

LEAKE, Matthew. *Why do some wars don't make headlines?* REUTERS INSTITUTE FOR STUDY OF JOURNALISM. 2 abril de 2026. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/news/why-some-wars-dont-make-headlines?utm_source Acesso em 5 de agosto de 2026.

MISHRA, Vibhu. Sudan: UN warns of unprecedented child hunger in Darfur as fighting fuels refugee exodus. UN NEWS. 30 dez. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2025/12/1166682> Acesso em 9 de agosto de 2026.

NARANG, Neil. Forgotten conflicts: need versus political priority in the allocation of humanitarian aid across conflict areas. International Interactions, v. 42, n. 2, p. 189-216, 2016.

NORWEGIAN REFUGEE COUNCIL. The world's most neglected displacement crises. 10th edition. Oslo. 4 jun. 2026. Disponível em: <https://www.nrc.no/feature/2026/the-worlds-most-neglected-displacement-crises-2025> Acesso 5 de agosto de 2026.

_____. DR Congo on world's most neglected displacement crises list for tenth consecutive year. Oslo, 4 jun. 2026. Disponível em: <https://www.nrc.no/news/2026/dr-congo-on-worlds-most-neglected-displacement-crises-list-for-tenth-consecutive-year>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Statement attributable to the Spokesperson for the Secretary-General – on the Democratic Republic of the Congo. Nova York, 11 dez. 2025. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statements/2025-12-11/statement-attributable-the-spokesperson-for-the-secretary-general-the-democratic-republic-of-the-congo>

TOWNSEND, MARK. Anger at 'bloody unacceptable' efforts to end Sudan's war as conflict enters fourth year. The Guardian. 14 de abril de 2026. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2026/apr/14/no-end-sudan-war-conflict-third-anniversary?> Acesso em 11 de agosto de 2026.

THE SOUFAN CENTER. Sudan at Three Years: a war overshadowed, A crisis unmanaged. 21 abril de 2026. Disponível em: <https://thesoufancenter.org/intelbrief-2026-april-21/> Acesso em 7 de agosto de 2026.

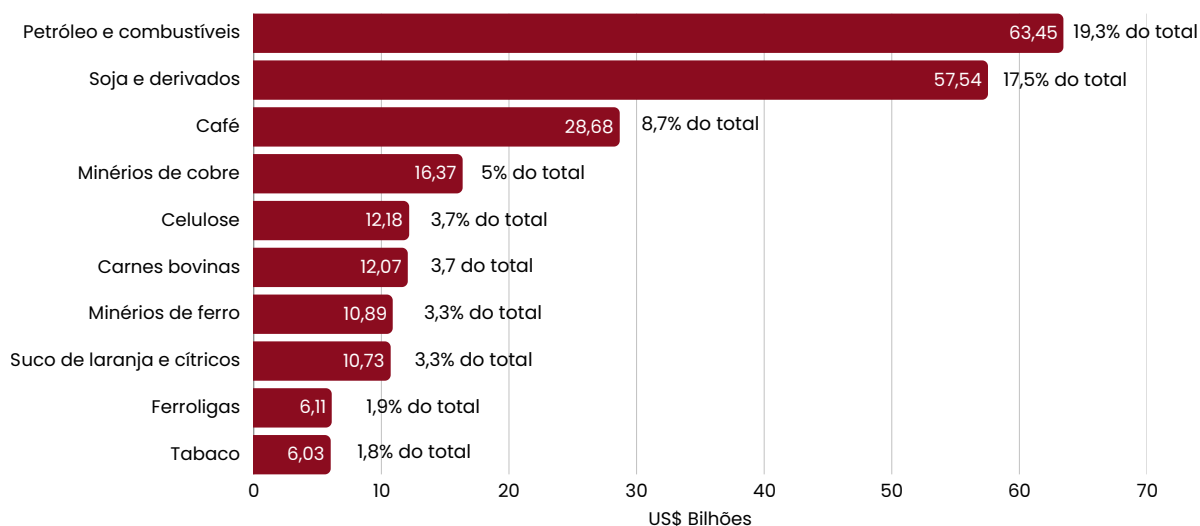
Coleção NEAAPE

Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia: Da conclusão das negociações à implementação do acordo

Fernanda Nanci¹
Bárbara Mesquita²
Beatriz Kraucs³
Lucas Giusti⁴

Este número do Coleção NEAAPE traz um panorama sobre a conclusão do Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia. Após mais de 20 anos de negociações, o texto final foi consolidado em 2024, dando origem a dois instrumentos distintos: o Acordo de Parceria (EMPA) e o Acordo Provisório de Comércio (ITA). O ITA entrou em vigor em 1º de maio de 2026, iniciando a implementação gradual das medidas comerciais previstas, enquanto o EMPA ainda depende da ratificação por todas as partes para sua entrada em vigor definitiva.

Principais Exportações do Mercosul à UE (2020–2026 abril)
(US\$ BILHÕES)



Fonte: SECEM – estadisticas.mercosur.int

¹ Professora adjunta dos cursos de graduação (DRI) e pós-graduação (PPGRI) em Relações Internacionais da UERJ. Coordenadora do NEAAPE, bolsista PROCIÊNCIA (UERJ) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo nº 204.220/2025.

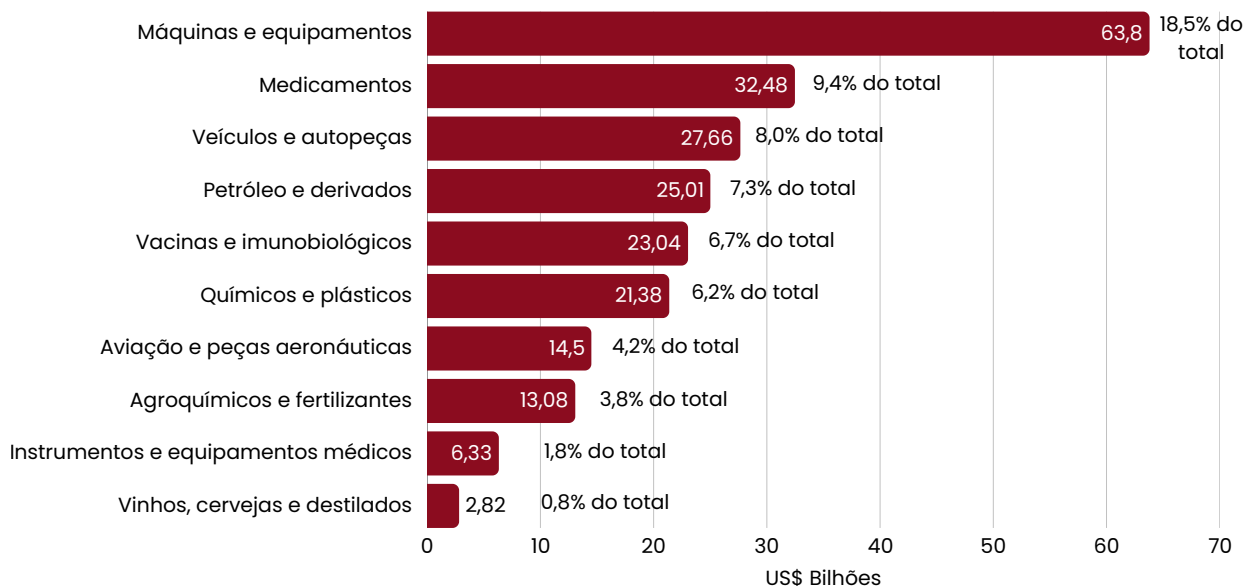
² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Uerj. Pesquisadora do NEAAPE e do LERPE. Bolsista Capes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7091587916005332>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2289-7886>. E-mail: barbaracmesq@gmail.com

³ Graduanda em Relações Internacionais na Uerj. Bolsista FAPERJ de iniciação científica. Pesquisadora do NEAAPE.

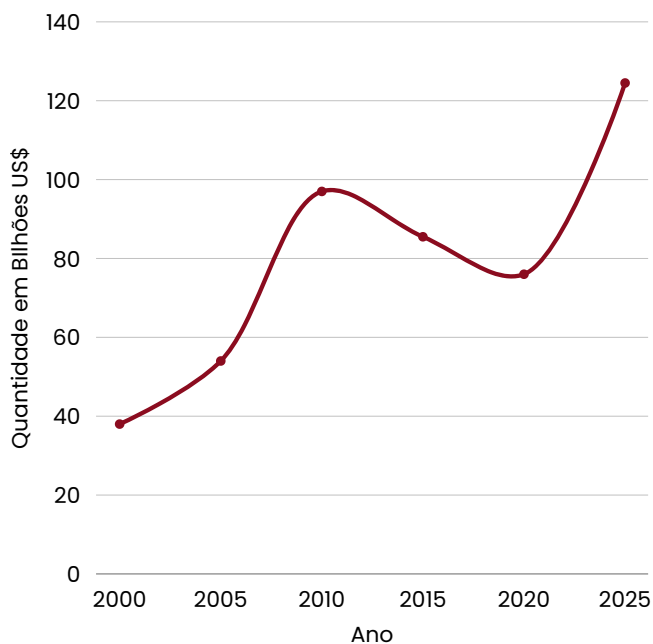
⁴ Graduando em Relações Internacionais pela UERJ, pesquisador do NEAAPE e bolsista de iniciação científica pela FAPERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7242845637810546>. E-mail: lucasgiusti8@gmail.com

Principais Importações do Mercosul à UE (2020–2026 abril)

(US\$ BILHÕES)



Fonte: SECEM – estadisticas.mercosur.int

Evolução Comercial Mercosul – UE

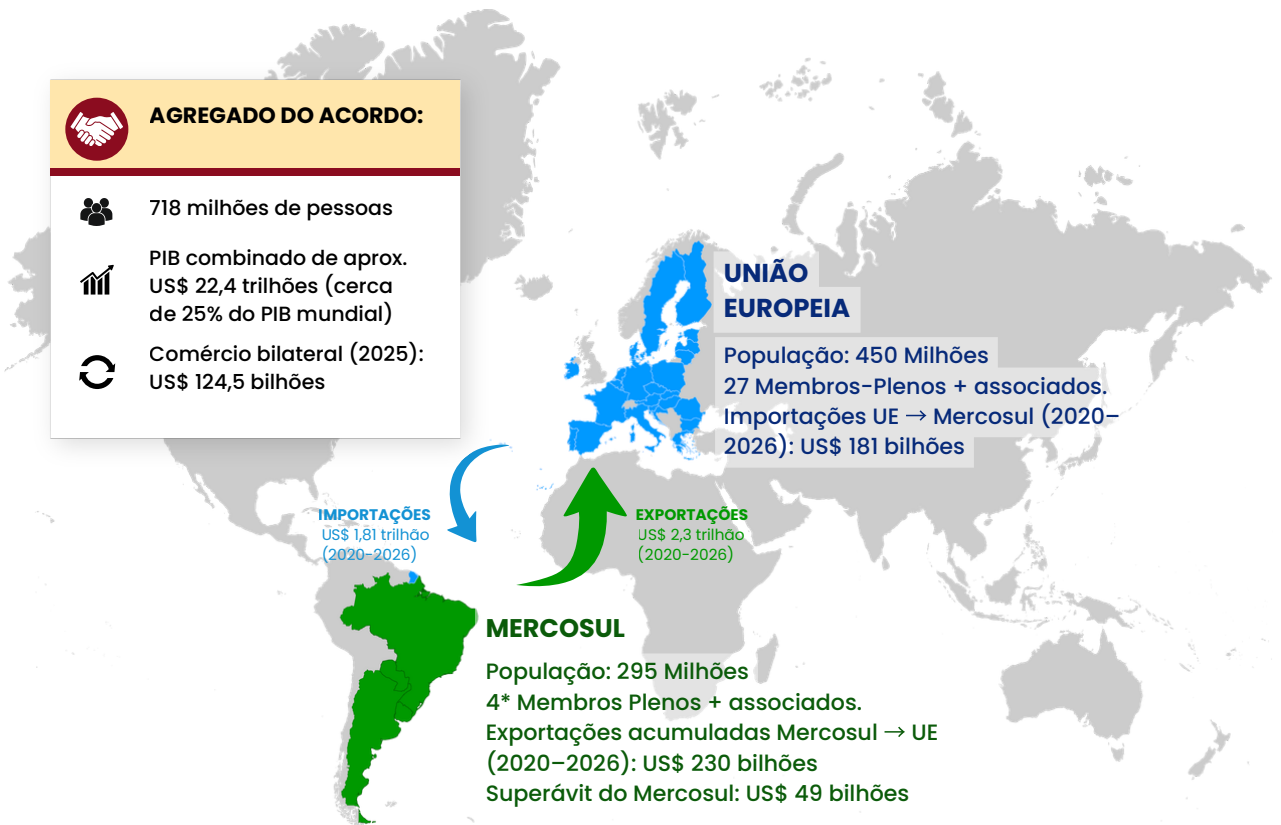
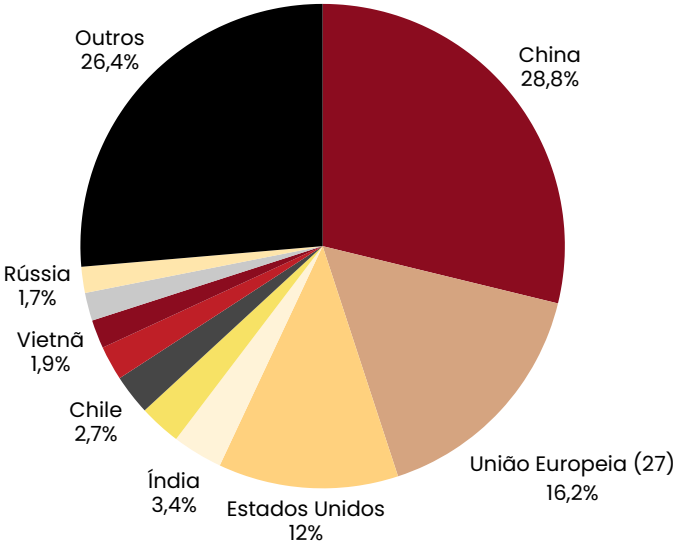
Fonte: SECEM – estadisticas.mercosur.int

Ao longo das últimas décadas, o comércio entre Mercosul e União Europeia apresentou uma trajetória oscilante, mas de crescimento no longo prazo, consolidando o bloco europeu como um dos principais parceiros comerciais do Mercosul. Essa relação é marcada pela complementaridade de suas economias: enquanto as exportações do Mercosul concentram-se principalmente em commodities agrícolas, minerais e energéticas, evidenciando a importância dos recursos naturais e do agronegócio, as importações provenientes da União Europeia são compostas majoritariamente por produtos de maior intensidade tecnológica, como máquinas, medicamentos, veículos e equipamentos industriais.

A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, respondendo por 16,2% do comércio agregado do bloco, atrás apenas da China (28,8%). Os Estados Unidos completam o pódio, com 12%. Na sequência aparecem Índia (3,4%), Coreia do Sul (2,8%), Chile (2,7%), México (2,3%), Vietnã (1,9%), Japão (1,9%) e Rússia (1,7%), que somados respondem por cerca de 16,5% do total.

Já o Mercosul representa cerca de 2,15% do comércio extra-União Europeia (ou seja, do comércio da UE com o restante do mundo), ocupando a 10ª posição no ranking de parceiros comerciais do bloco europeu. O comércio exterior da União Europeia concentra-se principalmente em três parceiros - Estados Unidos, China e Reino Unido, que juntos respondem por mais de 42% do comércio extra-UE de bens (Estados Unidos com 17,6%, China com 14,8% e Reino Unido com 9,8%) (UNIÃO EUROPEIA, 2026).

Principais parceiros comerciais do Mercosul (2026)



Fonte: SECEM – estadisticas.mercosur.int

O Acordo reúne um mercado de mais de 700 milhões de consumidores e um PIB combinado equivalente a aproximadamente um quarto da economia mundial, ampliando as oportunidades de comércio, investimentos e integração produtiva entre os dois blocos. A abertura comercial será implementada de forma gradual, por meio de cronogramas de desgravação tarifária que se estendem por até 30 anos e variam conforme o setor. Alguns produtos recebem preferências imediatas, como café, etanol e carnes do Mercosul, além de vinhos, cosméticos e medicamentos europeus, enquanto setores mais sensíveis, como o automotivo e parte da agroindústria, contarão com prazos mais longos para adaptação.

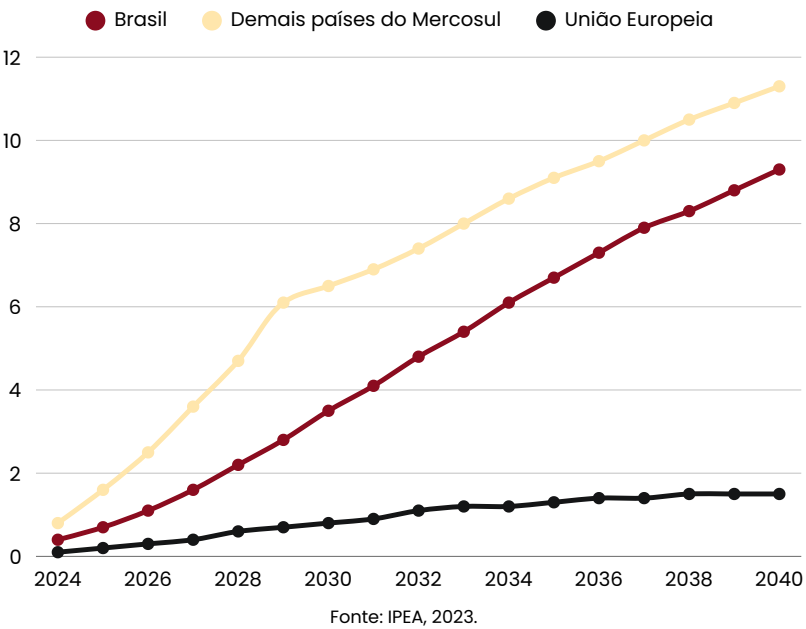


Fonte: Acordo Mercosul–UE: Manual de Desgravação Tarifária - MDIC, Edição 1.1, Abril de 2026



Fonte: Acordo Mercosul–UE: Manual de Desgravação Tarifária - MDIC, Edição 1.1, Abril de 2026

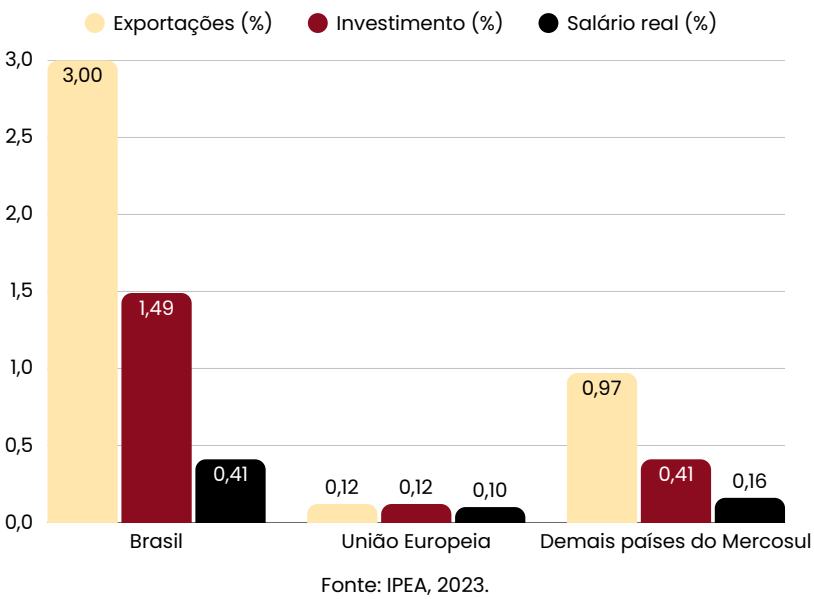
Impacto do acordo Mercosul-UE sobre a trajetória do PIB dos países/blocos (Em US\$ 1 bilhão)



As projeções indicam que os efeitos do Acordo tendem a se intensificar ao longo do tempo, impulsionando o crescimento do PIB dos países do Mercosul, com destaque para o Brasil. As simulações também apontam impactos positivos sobre os investimentos, os salários reais e o fluxo comercial bilateral, especialmente em razão do crescimento esperado das exportações brasileiras. Ao integrar economias de grande relevância no cenário internacional, o acordo fortalece ainda mais a inserção competitiva dos dois blocos no comércio global.

Efeitos macroeconômicos do acordo Mercosul-União Europeia sobre os países/blocos

Crescimento em %



Embora o ITA já esteja em vigor, o Acordo de Parceria (EMPA) ainda depende da ratificação por todas as partes, incluindo o Congresso Nacional brasileiro, para sua entrada em vigor definitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia: Anexo 10-A – Cronograma de Desgravação Tarifária. Brasília, DF: Siscomex, 2026a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Factsheet Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia. Brasília, DF: MRE, 2026b.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Avaliação dos impactos do acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia. Brasília, DF: Ipea, dez. 2023. (Nota Técnica Dinte, n. 68).

MERCOSUL. Secretaria do Mercosul. Sistema de Estadísticas de Comercio Exterior del Mercosur (SECEM). Montevideu: Secretaria do Mercosul, 2026

UNIÃO EUROPEIA. Eurostat. Extra-EU trade by partner (ext_lt_maineu). Luxemburgo: Eurostat, 2026.

O NEAAPE reúne pesquisadoras e pesquisadores dedicados a compreender o processo decisório e os temas que integram as agendas de política externa por meio de estudos e análises sobre distintos países, seja de forma individual ou sob uma perspectiva comparada. O NEAAPE também produz textos, mapas, infográficos, tabelas e entrevistas que ilustram e problematizam este campo de pesquisa e reflexão. Criado em 2016, o Núcleo dá continuidade às pesquisas realizadas no âmbito da extinta Rede de Agendas e Atores de Política Externa que foi responsável, com apoio do CNPq, por avançar a reflexão sobre a política externa como uma política pública.

